

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS HUMANAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLITICAS PÚBLICAS

LILIANE AUGUSTA MOREIRA

O DESAFIO DE GERIR OURO PRETO CIDADE PATRIMONIO CULTURAL DA  
HUMANIDADE

Belo Horizonte  
2014

LILIANE AUGUSTA MOREIRA

O DESAFIO DE GERIR OURO PRETO CIDADE PATRIMONIO CULTURAL  
DA HUMANIDADE

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Políticas Públicas  
da Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial à  
obtenção do título de Especialista em  
Políticas Públicas

Área de concentração: Ciências  
Políticas

Orientador: João Gabriel Teixeira

Belo Horizonte

2014

O DESAFIO DE GERIR OURO PRETO CIDADE PATRIMONIO CULTURAL DA  
HUMANIDADE

Aprovado em:

Professor (a) \_\_\_\_\_  
Integrante da banca examinadora

Professor (a) \_\_\_\_\_  
Integrante da banca examinadora

Professor (a) \_\_\_\_\_  
Orientador (a)

Belo Horizonte

2014

## AGRADECIMENTOS

A construção desta monografia com um tema que guardo há quase quatro anos representa para mim uma pequena vitória, tentar expor meu olhar sobre o que representa o desafio de tratar de algo tão complexo como a gestão urbana em sítios tombados.

Ao longo deste período, diversos foram os caminhos a serem percorridos, o ato de escrever representou uma luta diária e constante.

Vários elementos fizeram parte desse processo e cada um deles trouxe alguma contribuição.

Agradeço a Deus pela força, aos meus pais José Vicente Augusto e Terezinha de Fátima Moreira, que mesmo de longe sempre me deram o apoio necessário para que pudesse concluir este trabalho.

Ao meu irmão Padre Silvio Augusto Moreira, obrigada pelas boas energias enviadas, saiba que foram de grande valia e serviram para que me renovasse cotidianamente.

Ao meu orientador, Professor João Gabriel Teixeira, agradeço imensamente por ter aceito o convite para me orientar durante este trabalho, e ainda pelas observações sempre firmes e certeiras.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Obras e Arquivo Público Municipal que sempre me receberam com tanto carinho e atenção.

As colegas Naiane Almeida e Carla Almeida do curso de Especialização em Políticas Públicas, foi uma experiência importante ter conhecido vocês e dividir aprendizados, conselhos, lágrimas e risadas.

Aos professores o meu muito obrigada, as trocas ocorridas em sala de aula foram valiosíssimas para a construção deste trabalho.

E por fim faço um agradecimento especial aos funcionários do Departamento de Ciências Políticas, especialmente a senhora Marlene Maciel que sempre nos atendeu com competência durante todo o curso.

*“Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações de vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso”.*

(Ítalo Calvino)

## RESUMO

A antiga Vila Rica apresenta como ponto importante o fato de ser uma cidade tombada pelo IPHAN com o marcante índice de 90% de seu conjunto paisagístico e arquitetônico. A contemporânea Ouro Preto apresenta desafios singulares na gestão de seu espaço, como organizar a cidade permitindo o seu progresso, mas conservando seu patrimônio e ainda, controlar o crescimento desordenado visto a partir das construções irregulares, problema que marca a cidade há muitos anos. De acordo com as idéias mencionadas, o presente estudo busca destacar elementos de influência na organização deste espaço urbano sendo os instrumentos de gestão e as atividades econômicas, dentre elas o turismo, que tanta influência tem na formação urbana local.

**Palavras- chave:** cidade, Ouro Preto, patrimônio cultural e gestão

## **ABSTRACT**

The old Villa Rica presents as the important point being a city listed by IPHAN with striking index of 90% of its landscape and architectural ensemble. The Ouro Preto contemporary presents unique challenges in managing their space, how to organize the city allowing your progress, but preserving their heritage and also to control the uncontrolled growth seen from the irregular constructions problem that marks the city for many years. According to the ideas mentioned, this study seeks to highlight elements of influence in the organization of this urban space and the management tools and economic activities, such as tourism, which has so much influence in local urban training.

**Key Words:** city, Ouro Preto, cultural heritage and management

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>1 - DE VILA RICA A OURO PRETO GLÓRIAS E DESAFIOS: O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE</b> .....	8
1.1 A formação de Vila Rica.....	9
1.2 Conflitos Políticos.....	11
1.3- Cultura e ostentação o barroco mineiro em Ouro Preto.....	13
1.4 - A gestão local e a mudança de capital.....	16
<b>2- OURO PRETO EM NOVA FASE ENTRE O PROGRESSO, A CULTURA E O TURISMO</b> .....	20
2.1 A indústria, o progresso e a gestão da cidade.....	20
2.2 Ouro Preto Preservação Patrimonial Planejamento Urbano e o Turismo.....	24
<b>3 - A CIDADE ATUAL, A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO</b> .....	29
3.1 Ouro Preto e seus registros atuais ... ..	29
3.2 Planejamento e gestão urbana- a construção de instrumentos e políticas públicas.....	32
3.3Turismo cultural em Ouro Preto uma atividade em desenvolvimento.....	42
3.4 O patrimônio em Ouro Preto: Política de Salvaguarda.....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS</b> .....	51

## INTRODUÇÃO

A abordagem de temas que envolvem a gestão urbana tem sido realizada com bastante frequência, isso se deve inicialmente ao fato de que a cidade como elemento dinâmico está em constante mutação, sendo que tal processo esbarra em problemas de grande preocupação como o crescimento urbano desordenado, a ocupação de áreas impróprias ou de risco e por fim transformações ambientais.

Em cidades coloniais tombadas, o desenvolvimento deve ser constantemente acompanhado, o planejador deve ter o olhar amplo, ou seja, não pode apenas estar voltado para as áreas protegidas, mas, sobretudo para todo o conjunto urbano, caso isso não seja pensado corre-se o risco de ter uma cidade onde os conflitos urbanos sejam freqüentes e de difícil resolução.

A partir de tais afirmativas, o presente estudo objetiva discutir a cerca do desafio de se gerir um sítio histórico tombado e tem como objeto de pesquisa a cidade mineira de Ouro Preto.

A escolha desta cidade como centro principal deste estudo, se deve inicialmente a sua importância na formação da história de Minas Gerais e do Brasil.

Num primeiro momento, como lugar de produção aurífera no século XVII<sup>1</sup>, Ouro Preto então capital do estado de Minas Gerais foi palco de significativos movimentos de revolta e contestação tais como a Guerra dos Emboabas ocorrida no período de 1709 a 1711 e a Inconfidência Mineira em 1789.

O outro fator se refere a esta cidade, num segundo momento, como lugar de influência na preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. No ano de 1933 é reconhecida, como Patrimônio da Memória Nacional pelo Poder Público Federal através do Decreto Lei número 22.928 de 12 de julho.

Com o surgimento do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938, foi uma das primeiras a serem tombadas e no ano de 1980 recebe o Título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO.

---

<sup>1</sup>ROMEIRO, Adriana. Paulistas e Emboabas no Coração das Minas, idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: 2008, Editora UFMG.

Os dois últimos fatos mencionados anteriormente representam a problematização desta pesquisa, que trata da gestão da cidade e da preservação patrimonial, sendo discutido como se dá a implementação de políticas públicas principalmente no que tange a expansão urbana.

Tratando do último ponto mencionado é necessário que se discuta a respeito da atividade turística local, que possui segundo os dados analisados uma importância significativa na economia do município, já que é um destino constantemente visitado durante todo o ano; o fato de se discorrer sobre a referida atividade se justifica pelo poder do turismo em transformar o espaço onde ocorre, podendo significar a sua glória como também a sua destruição.

E tratar de turismo em Ouro Preto representa não só falar de seus atrativos culturais, como também entender que lugar tal atividade ocupa tanto dentro da cadeia econômica do município bem como no organograma político local.

Para tratar do que se propõe o presente estudo foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo possui elementos de análise que dão base para o trabalho: a formação urbana inicial a partir da descoberta do ouro, os terrenos irregulares configuram a tão presente singularidade espacial; a Ouro Preto política com os conflitos e sua importância como capital estadual e a Ouro Preto artística onde deve-se destacar a existência do imponente barroco. Por fim a cidade em processo de estagnação e declínio com a mudança de capital e a escassez da exploração aurífera.

No segundo capítulo a discussão versa sobre outras fases vividas pela cidade, como a chegada da indústria em 1930 cujo desenvolvimento efetivo se deu em 1940 a partir do surgimento da ALCAN; o aumento populacional, os problemas provocados pela expansão urbana e os mecanismos de controle; o reconhecimento da preservação do patrimônio cultural e por fim o surgimento da atividade turística como elemento de reconhecimento da cultura local e como incremento da economia do município. Toda essa dinâmica provoca mudanças nos instrumentos de gestão local como a criação de um departamento com a função de planejar e monitorar a atividade.

O terceiro e último capítulo trata do desafio de gestão de Ouro Preto, bem como os instrumentos voltados para organização urbana, discutindo a respeito da resolução de problemas de décadas como a ocupação urbana desordenada, incluindo o processo de construções irregulares.

Por fim tem-se ainda o trato com a atividade turística que volta a cena no referido capítulo para que sejam observados os avanços tanto na economia como na gestão da atividade enquanto política pública.

Vale ressaltar também a discussão a cerca da preservação do patrimônio cultural na cidade, algo que assim como o turismo está bastante ligado a gestão local sendo um dos assuntos que também dá o tom a esta monografia.

## **CAPÍTULO 1 – DE VILA RICA A OURO PRETO GLÓRIAS E DESAFIOS: O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE**

Conceituar cidade é uma árdua tarefa já que não se trata de uma coisa qualquer, tal empreitada instiga a observação de diversos aspectos tais como: cultura, espaço, população, serviços, memórias, história, vida, gestão e as ditas particularidades de cada lugar.

Seguindo o último ponto mencionado, vale ressaltar que presa num emaranhado de conceitos a cidade pode ser vista a partir dos mais variados olhares sendo assim de acordo com Pires (2002, p.145):

A cidade como produção do homem materializa a cultura expressa na forma de apropriação do espaço urbano, no traçado de suas vias na construção de seus padrões tipológicos e estéticos, na formação de seus marcos referenciais e configurada pelas suas variadas representações de segregação espacial sob a pressuposta lógica de sua funcionalidade e hierarquia e pelas formas de relação com a natureza.

Outro fator que se liga a dificuldade de formulação de um conceito único e completo no que se refere ao dinamismo urbano vem de Prigge (2002, p. 51):

Quando falamos em “cidade” pensamos em ocupação compacta do solo em populações culturalmente mistas e num acúmulo de culturas e funções diversas num único lugar que irradia um alto grau de centralidade atrativa. Densidade, mistura social, variedade cultural e centralização de funções importantes: até que ponto essa imagem européia ainda corresponde à realidade? A transformação atual da estrutura das cidades põe em questão a exequibilidade do adensamento das construções (fragmentação do espaço urbano), a qualidade das mesclas sociais na sociedade urbana (individualização da estrutura social), a sobreposição de espaços virtuais e urbanos (midialização da cultura urbana) e a centralidade da cidade expandida em região (periferização do espaço central). Nessas quatro dimensões transparecem na estrutura das cidades européias as conseqüências concretas da assim chamada globalização.

O que disse o referido autor toca ainda em outro ponto delicado, os modelos urbanos a partir de concepções específicas e que algumas vezes se tornam equivocadas.

Um exemplo claro e que ilustra muito bem tal afirmativa é o fato de se denominar cidade colonial como sendo apenas histórica, o que acarreta a idéia

de que tudo estacionou no tempo, sem a existência de uma população dinâmica e com construções que não se prestaram a outros fins a não ser o de falar do passado.

Para reforçar tal afirmativa Choay (2006, p. 191) evidencia que:

Essa concepção de cidade histórica fora preparada por gerações de viajantes, cientistas ou estetas. Os arqueólogos, que descobriram as cidades mortas na Antiguidade, assim como os autores de guias e de cicerones que dividiam o mundo da arte européia em fatias urbanas, contribuíram para que se pudesse pensar na museificação da cidade antiga.

Porém é importante se dizer que por si só todo lugar é histórico, pois independente de seu tempo de criação possui memória e cultura o que faz com que seja valorizado.

Logo de sua ligação com seus bens patrimoniais, tem-se a dimensão histórica da cidade, não como algo restrito, conforme tratado anteriormente, mas como ponto de intercessão entre a memória, formação e também de sua cultura.

A partir de tais reflexões, o presente capítulo tem como objetivo central discorrer sobre o período de fundação de Ouro Preto o qual está ligado à exploração do ouro.

Tal fase trata da construção da cidade com particularidades das mais diversas, como o desafio de fundá-la em meio a um terreno completamente irregular, e ainda seu papel político como capital do estado de Minas Gerais.

Os pontos a serem discutidos se firmam no recorte temporal que vai desde a descoberta do ouro naquela região, o que se dá no início do século XVIII até a perda da função de centro de poder provincial no século XIX.

### **1.1 A formação de Vila Rica**

Segundo Cabral (1969, p.21), a cidade de Ouro Preto tem sua formação a partir do Vale do Tripuí, onde foram identificados os primeiros pontos de ouro os quais foram vistos por um mulato bandeirante paulista que ao recolher um pouco da água do rio, verificou a existência granitos cor de aço os quais guardou consigo.

Ao chegar a Taubaté resolveu enviar as tais pedras ao então Governador Artur de Sá que ao fazer as verificações necessárias constatou ser aquele material, ouro de boa qualidade.

A partir daí o que ocorre é a formação de vários arraiais que se originam com a notícia da descoberta do ouro, o que trouxe para o lugar diversos indivíduos atrás de enriquecimento e quem sabe mais prestígio.

Tratando de sua formação administrativa, no ano de 1711 foi instituída a Carta Régia de 8 de julho a qual denominava de Vila Rica de Albuquerque a esta conformação urbana inicial, logo após em 1724, tem-se a instituição do distrito de mesmo nome através da Carta Régia de 16 de fevereiro. Os passos seguintes foram em 24 de fevereiro de 1823, a elevação de Vila Rica a cidade, preservando ainda essa mesma denominação, para somente com a Carta de Lei homologada em 20 de março do mesmo ano, adotar o nome de Ouro Preto o qual prevalece até os dias atuais. (IBGE, 2007, p. 3)

Segundo Villaschi (2008, p. 30) até 1730 há a expansão dos arraiais, ocorreu então um adensamento que permitiu o surgimento da primeira malha urbana, esboçando a sua configuração linear ao longo das margens do principal caminho, que une os pontos de maior importância. Ainda de acordo com o mesmo autor:

A concentração comercial e as categorias sócio profissionais se expressam na toponímia, o que levou designações como ladeira dos caldeireiros, beco da ferraria, rua dos mercadores entre outros.

Nessa primeira fase, designada por estudiosos como fase de formação, o crescimento de Ouro Preto é centrípeto, para dentro tendo o Morro de Santa Quitéria como foco onde as franjas dos dois arraiais de maior destaque – o de Ouro Preto e o de Antonio Dias acabam encontrando no local onde foi formada a Praça Tiradentes.

Entre 1730 e 1765, denominada fase de consolidação de Vila Rica, o poder real se materializa no espaço com a construção da casa de câmara e cadeia e do palácio dos governadores após a cidade se tornar capital da capitania em 1720. A partir de então se inverte-se a tendência de crescimento urbano e um novo ciclo se inicia desta vez centrifugo para fora, com abertura de novas ruas que se ligam entre si por travessas, vielas e becos.

Ouro Preto naquele período apresentava o desafio de ser capital da província de Minas Gerais, além de em tempos coloniais estar sob o controle da Coroa Portuguesa o que gerou diversos conflitos os quais serão tratados no próximo

tópico e que tiveram uma função primordial tanto na concepção deste espaço como na história do Brasil, conforme será evidenciado.

## **1.2 Conflitos políticos**

Como centro de poder do Estado de Minas Gerais entre os séculos XVII e XVIII, Ouro Preto possui elementos que atrelados a sua formação histórica fizeram dela um lugar importante no plano político.

Vivendo sob o pesado julgo de Portugal, a cidade passou por movimentos revolucionários que deram uma contribuição bastante significativa na história do Brasil.

O primeiro deles, a Revolta de Felipe dos Santos ocorrido em 1720, pode ser justificado pela alta tributação instituída pela Coroa Portuguesa o que é descrito por Lima Junior (1957, p. 86 ) da seguinte forma:

Enquanto o ouro jorrava da terra, enriquecendo os mineradores, a arrecadação de tributos régios não correspondia à realidade, pelo defeito fundamental do sistema de Fintas, ou seja, a contribuição anual de um certo número de arrobas de ouro, que as câmaras se haviam comprometido a arrecadar para o Fisco Régio. Para sanar tais deficiências, ordenou o Rei, pela Carta Régia de 8 de fevereiro de 1719, que se estabelecessem Casas de Fundição, onde todo o ouro fosse fundido e dele descontado o Quinto devido a coroa.

Descontente com a situação vivida pelos habitantes de Vila Rica, o comerciante Felipe dos Santos, residente em Antonio Dias, reuniu o maior número de pessoas para lutar por mudanças, queriam o fim dos impostos, porém o Conde de Assumar agiu rapidamente, tratando de extinguir a revolta, massacrando e prendendo a todos, sendo o seu líder Felipe dos Santos enforcado, tendo depois o seu cadáver arrastado num cavalo em praça pública para que servisse de exemplo. (SANTOS, 1972, p. 43)

O tempo passou e outra revolta voltaria a figurar no cenário colonial da antiga Vila Rica, trata-se da Inconfidência Mineira, movimento que acabou ganhando grande ênfase histórica, o que se deve a sua influência ainda que indiretamente nos ideais políticos vigentes naquela época em que o Brasil, calejado pelos desmandos de Portugal, carecia de independência.

Dados os fatos, o movimento revolucionário reuniu diversos indivíduos com o objetivo de promover a todo custo uma revolução que pudesse trazer a liberdade não só para a Capitania de Minas Gerais como também para o país, que segundo Lima Junior (1966, p. 26):

Seguiam as idéias da Declaração de Direitos dos Estados Unidos e iam além, consignando os princípios que a Revolução Francesa consagraria como os Direitos do Homem, muito depois que esses conjurados os haviam adotado, no centro deste Continente da América.

A este movimento deram o nome de Inconfidência Mineira e teve em sua composição múltiplos personagens que apesar das diferentes ocupações, histórias de vida e até interesses, acreditavam e queriam a mudança. Vale destacar dentre vários nomes, a figura do Alferes Joaquim José da Silva Xavier líder do movimento.

A respeito do referido personagem Pinto (1949, p. 43 ) relata:

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes era genuinamente brasileiro, nasceu em 1746, filho legítimo de uma neta de paulista e de um português enraizado no Brasil.

(...) Domingo da Silva Santos, pai de Tiradentes, nascido em Portugal, era proprietário em Pombal, termo de S. João Del Rei, onde nasceu menino Joaquim conforme ele mesmo declara em seus depoimentos. Fora sua mãe Antônia da Encarnação Xavier, brasileira e de família paulista. Teve mais seis irmãos, porém perdeu os pais ainda criança coube aos dois irmãos padres Domingos da Silva Xavier e Antonio da Silva dos Santos instruí-lo com uma boa educação dando-lhe certa preparação de espírito formando tanto quanto possível de conhecimentos científicos. Tendo trabalhado como mascate e dentista Tiradentes se estabeleceu como alferes e com grande destaque na profissão. Em 1781 recebeu de Maria I o patulhamento do Caminho Novo, grande prova de confiança, pois aquele trecho abarcava a Mantiqueira “onde se cometiam muitos roubos e mortes”.

Estando revoltado com a situação vivida na capitania de Minas Gerais, acabou por encabeçar o movimento cujos ideais eram bastante avançados, conforme evidencia Santos (1972, p. 26):

Em 1789, no reinado de D. Maria I em Portugal, sendo Vice-Rei do Brasil D. Luiz de Vasconcellos e Souza, sendo Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, D. Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, foi descoberta nesta Capitania uma conspiração tendo como objetivo a libertação da Colônia e a proclamação de uma República, ao modo do que se havia feito na América do Norte.

Contudo a revolta não chegou a tomar a proporção aguardada pelos conjurados mineiros, já que seus planos foram denunciados por um de seus companheiros, o Cel. Joaquim Silvério dos Reis.

O que se seguiu depois foram uma sucessão de prisões e interrogatórios, todos os revoltosos foram punidos, porém o líder Tiradentes recebeu a pior das penas, foi enforcado em 21 de abril de 1792 e o seu corpo esquartejado.

Vale ressaltar que seu nome não ficou esquecido, como mencionam alguns autores como Vieira (1993), Lima Junior (1966) *et al*, tal personagem sempre mereceu destaque como uma figura emblemática no processo de independência brasileira, sendo por diversas vezes comparado a um mártir, é necessário evidenciar que a bandeira proposta para a possível república sonhada por ele se tornou a bandeira de Minas Gerais.

Além da política que deu o tom a história local, é importante também tratar da construção arquitetônica e cultural desta cidade que teve no barroco seu principal ponto de referência.

### **1.3- Cultura e ostentação o barroco mineiro em Ouro Preto**

Sobre o campo cultural de Ouro Preto, em tempos coloniais, algo que fica bastante visível é a existência de sua arquitetura barroca, uma espécie de denúncia da opulência que foi o período da explosão das minas na região.

Estilo de época bastante singular o barroco carrega diversas características dentre elas o dualismo entre claro e escuro e conflitos diversos.<sup>2</sup>

---

2

Sobre tal assunto Jardim (1995, p.18) afirma que:

O estilo Barroco nas artes floresceu na Europa no século XVII perdurando até o final do século XVIII.

Suas delimitações iniciais e finais foram grosso modo, uma reação a renascença pagã vencida pelo ressurgimento do apego as formas clássicas, retomado no início do século XIX. Correspondeu no tempo e

Ao tratar do barroco mineiro, é certo afirmar que este apresenta uma singularidade latente e em Ouro Preto isso fica ainda mais evidenciado ao observar como se deu a construção dos templos religiosos, há um exagero nas formas bem como na ornamentação, tudo é bastante rico.

Sobre as particularidades que permeiam o barroco mineiro e ouro-pretano Machado (1978, p. 167) afirma:

(...) Se Vila Rica surge na formação da sociedade nacional como pujante exemplo da primeira cultura urbana de formação espontânea e de função não-litorânea, em tudo difere das cidades mercantis e militarizadas que sustentaram o Renascimento Latino, enquanto a oposição à coroa metropolitana que se esboça contemporaneamente à maturação do barroco local possui uma fisionomia totalmente diversa do cerco burguês às cortes onde floria a maneira frouxa do rococó. E, mais, aqui nada se encontra que assemelhe à organização social correspondente ao barroco dos reinos católicos ou das regiões dominadas pela burguesia protestante do século anterior. Não se queira, pois buscar aqui um barroco que signifique os valores específicos de inexistentes grupos e instituições, como também não se queira pela inexistência deles negar a presença do barroco.

Ao tratar de tudo que envolve o barroco mineiro, é extremamente válido que se discorra também a respeito dos artistas que fizeram parte desse universo e que deixaram marcas de extrema relevância.

Vários nomes poderiam ser elencados brevemente no presente estudo devido a sua contribuição para o referido estilo de época. Mas um deles chama atenção pela importância de sua arte, Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho que merece destaque aqui por ter sua história intimamente ligada a de Vila Rica.

De acordo com Pires (1961, p. 23), o artista nasceu em 1730, no dia 29 de agosto em Vila Rica, no distrito de Bom Sucesso, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, era filho de Manuel Francisco da Costa Lisboa, arquiteto português com a negra Isabel e morreu em 1814 em 18 de novembro aos 84 anos de idade, sendo sepultado na matriz de Antonio Dias em Ouro Preto.

---

como consequência a contra- reforma católica uma tentativa das manifestações artísticas de reencontrar o fio perdido da tradição cristã. Nas manifestações barrocas estão presentes as virtudes do desapego cristão aos valores terrenos tais como: o misticismo, o ascetismo, o elogio da pobreza, o heroísmo e não contraditoriamente o erotismo.

O Aleijadinho trouxe toda a sua identidade para as obras que criava e soube traduzir atentamente o barroco nas mesmas, deixando em cada peça parte de seus conflitos existenciais, sua fé e seus desejos humanos.

Ainda sobre as características de sua produção artística, Moraes (1977, p. 18) afirma que:

Nas esculturas ornamentais, o “estilo Aleijadinho” caracteriza-se essencialmente pelo emprego excessivo de elementos fitomorfos, antropomorfos e zoomorfos da simbologia cristã, remanescentes do românico e gótico configurado em volutas, flores, guirlandas pendentes, conchas, querubins esvoaçantes, animais, peixes e aves. (...) Na imaginária, as encantadoras estátuas elaboradas pelo cinzel do Aleijadinho, tanto em esteatita quanto em cedro são facilmente identificáveis devido ao maneirismo peculiar do genial escultor: cabeça do tipo morfológico hebreu; cabelos cacheados; rosto magro; região malar saliente; nariz aquilino; lábio inferior carnudo; olhos oblíquos do tipo mongolóide, mostrando um corte plano na espessura desigual da pupila; barba encaracolada, que projeta rolos na extremidade do queixo; bigode partindo do centro das narinas e alongando-se em estrias; mãos e pés disformes, anatomicamente imperfeitos; e finalmente, panejamento esvoaçantes, em sentido diagonal e anguloso.

Em Ouro Preto o artista realizou as seguintes obras: Igreja de São Francisco de Assis; Igreja Nossa Senhora do Carmo; Igreja de São José; Igreja das Mercês e Perdões; Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igreja São Francisco de Paula, Igreja de São Miguel das Almas, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e no Museu da Inconfidência há uma imagem de São Jorge em tamanho natural que foi atribuída ao artista de acordo com Pires (1961, p.80), pelos elementos artísticos que apresenta.

O reconhecimento de Antonio Francisco Lisboa como um dos expoentes do barroco mineiro se deu nacional e internacionalmente a julgar pelas críticas e avaliações das obras que deixou em Ouro Preto e região, as quais passaram a ser referência em virtude do seu patrimônio cultural edificado.

#### 1.4 -A gestão local e a mudança de capital

Uma alternativa para análise da gestão urbana de Ouro Preto no início de sua formação é a observação de seu zoneamento, ocorrido de maneira não planejada, conforme ressalta Villaschi (2008, p. 28), mas sim espontânea o que gerou grandes irregularidades no traçado urbano atual.

De acordo com Salcedo (2007, p.116) os núcleos do século XVIII apresentavam pouca diferença e bastante semelhança da divisão hoje existente:

Arraial dos Paulistas, Antonio Dias, Pilar, Padre Faria, Cruz das Almas (Santa Efigênia, Cabeças, São Sebastião, São João, Santa Ana, Piedade (Queimada), Barra e Caquende (Rosário). Também a Vila se achava dividida segundo a jurisdição religiosa em duas freguesias: Ouro Preto (Matriz do Pilar) e Antonio Dias (Matriz de Nossa Senhora da Conceição).

Neste tópico é bastante válido tratar também do crescimento vegetativo da cidade, que de acordo com o que foi pesquisado para elaboração do presente estudo, apresenta difícil mensuração uma vez que determinados autores consideram apenas a população livre assim como há aqueles que consideram todos os grupos populacionais.

De acordo com Oliveira (2005, p. 180), por exemplo, a população local teve um grande aumento entre o período que vai de 1710 a 1776 período de efervescência da mineração, quando chegou a 78.618 habitantes.

Já Vasconcelos (1956, p. 48) traz referências ainda mais interessantes a respeito de tais dados o que serve para reforçar a afirmativa anterior:

(...) Infelizmente não são conhecidos dados seguros desta população e apenas referências esparsas suprem as lacunas dos censos regulares. Pelo tombamento de 1734, por exemplo, são anotados em Vila Rica, entre o Passa- Dez e o Pe. Faria 538 casas o que representa 4304 à razão de 8 por moradia. Esta indicação, porém deve referir-se apenas à população livre, proprietária dos imóveis recenseados, excluídos os escravos dela dependentes.

(...) Já em 1776, moram na Comarca de Vila Rica 78791 pessoas, das quais 12679 brancos, 16791 pardos e 49.149 pretos.

Com o crescimento da população no período colonial, Ouro Preto se transformou, progrediu na infra-estrutura urbana, na prestação de serviços à população, conforme menciona Cabral (1969, p. 79):

O calçamento geral, a distribuição de chafarizes por toda a zona central, a construção de muralhas de arrimo em trechos de ruas ou para segurança de edifícios, as pontes de pedra e encanamentos de esgotos, a edificação de prédios sóbrios e templos suntuosos, a proibição de animais soltos pelas ruas, a obrigação dos moradores de trazerem limpos os quintais de suas casas e varridas as respectivas testadas, os jardins bem tratados, embora construídos em forma de tabuleiros, a iluminação pública tudo isso revela o anseio do povo para que a cidade se tornasse atraente.

Ainda tratando das intervenções, vale mencionar que estas eram tão importantes para a época que os recursos públicos empregados eram sempre volumosos, conforme assinala Silva (2009, p.108):

Os gastos em obras públicas também tiveram participação expressiva no conjunto de despesas do período que vai de 1734 a 1760. O dispêndio de recursos varia muito de ano a ano. Geralmente atingiam 10% dos gastos, mas em alguns casos como em 1741, 1744, 1745, 1755, 1757 e 1758 as obras públicas consumiam 45% ou mais de recursos da câmara. Esses valores superavam os percentuais usualmente despendidos por muitas vilas e cidades em Portugal.

As despesas das câmaras de Vila Rica e Mariana concentram-se nas obras de maior comodidade e embelezamento das respectivas urbes, como calçamento, pontes de cantaria, chafarizes e residência para os oficiais camarários.

Ao analisar o que foi dito anteriormente pode ser verificada a importância de Ouro Preto nesta época, com a implementação de tão volumosos recursos para serem empregados na manutenção de sua infra- estrutura urbana.

Em tempos de intensa atividade mineradora a cidade que se embelezava a cada dia mais, era imponente e contava com o prestígio da Coroa a capital da Província de Minas Gerais.

Porém tal realidade começa a mudar com o fim do século XVIII, e a antiga Vila Rica, agora Ouro Preto, se viu diante de seu primeiro desafio, o declínio da mineração. A partir de então, surgem novas atividades que direta ou indiretamente deram o tom a economia local inclusive até os dias atuais.

Tal afirmativa se refere ao surgimento das instituições de ensino superior. Oliveira (2009 p. 186) menciona que são dois os momentos marcantes relacionados a isso: o surgimento da Escola de Farmácia, em 1836, a fundação da Escola de Minas, em 1876.

A criação destes dois estabelecimentos representou muito mais do que a projeção de Ouro Preto no campo da educação para aquela época, gerou a intensificação de serviços oferecidos à população resultando no desenvolvimento do comércio e de certa forma na intensificação da economia.

Mais adiante, ocorreu um fato que trouxe transformação a realidade até então vivenciada pela cidade, trata-se dos processos que culminaram com a mudança da Capital da Província de Minas Gerais.<sup>3</sup>

Segundo Linhares (1905, p 346), a cidade começou a ser considerada atrasada, as provisões não chegavam da maneira como deveriam chegar, o

---

<sup>3</sup> De acordo com Singer (1968, p. 30):

A idéia de mudança de capital aparece muito antes de sua concretização, ainda segundo o autor os inconfindentes tinham a intenção de estabelecer a capital da em São João Del Rei. Em 1843/44 o presidente da província, General Soares de Andréa propôs a mudança para Mariana ou São João Del Rei, argumentando com a decadência de Ouro Preto, cuja população que outrora chegava a vinte mil almas, hoje vede reduzida a menos de cinco mil.

O Padre Souza Paraízo, deputado à Assembléia Provincial de Minas, apresentou um projeto propondo a mudança da capital para as margens do Rio das Velhas num ponto a ser escolhido entre a “barra do Jequitibá” e a “villa do Guaicuy “. A justificativa do projeto menciona a necessidade de desenvolver esse “vasto e fertilíssimo território que se chama norte e a necessidade de transferir a Capital a um ponto que reúna todas as vantagens a uma fácil e boa administração”.

As intenções do Padre seriam então a de desenvolver uma região marginalizada cuja ocupação não tinha se dado naturalmente. Porém embora aprovado pela Assembléia Provincial, o projeto foi vetado pelo presidente da Província, tal ato foi justificado pela alegação de falta de recursos e com o argumento de que a mudança de capital viria a beneficiar o local escolhido.

(...) Com o surgimento da república o assunto da mudança volta a cena, em 1890, o governador interino Domingos Rocha incumbe o engenheiro Ferreira Pena de investigar diversas localidades com o intuito de se construir a nova Capital. Adotou-se como região para satisfazer tal desejo a parte do vale do Rio das Velhas compreendida entre as cidades de Sabará e a povoação de Traíras. Entre as diferentes localidades examinadas nesta zona, escolheu o engenheiro Ferreira Pena como melhor sítio para a nova capital a povoação do Curral Del Rei que mais tarde viria a ser Belo Horizonte.

acesso era difícil com caminhos tortuosos, a arquitetura existente não compactuava com ares de modernidade, lembrava um passado do qual o país, em tempos de república, naquele momento não se orgulhava.

Era necessário então o surgimento de um novo lugar, onde pudesse ser aplicada a modernidade, com uma estrutura urbana inteiramente planejada e que correspondesse ao que se esperava da nova Capital do estado de Minas Gerais.

Sendo assim tal processo foi concluído, e no ano de 1897 a capital do estado passou a ser Belo Horizonte, antes denominada Curral Del ' Rey.

Como consequência para tal fato tem-se certo declínio populacional, já que com a criação da nova capital uma parcela significativa dos moradores de Ouro Preto se foi, conforme descreve Oliveira (2009, pag. 181):

Assim como os mineradores se foram quando o Ouro se escasseou, significativa parcela dos funcionários da administração pública também partiu quando o governo se mudou. Conseqüentemente, a população, ficando com aproximadamente 10000 sofreu um rápido declínio demográfico habitantes, ou seja, perdeu cerca de 45% de sua população.

Apesar desta drástica transformação, coube a Ouro Preto se reerguer abrindo-se a novas atividades econômicas e a novas concepções. A cidade não ficou completamente esquecida e mais uma vez voltaria à cena, a partir dos movimentos da valorização da memória nacional, iniciado em 1920 e que foram reforçados a partir da Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922 e por novas atividades econômicas como a indústria de alumínio e o turismo cultural conforme será visto no capítulo 2.

## **CAPITULO 2 - OURO PRETO EM NOVA FASE ENTRE O PROGRESSO, A CULTURA E O TURISMO**

Voltada para o progresso, a velha Ouro Preto vive a partir do período que compreende as décadas de 1930 a 1970 uma nova etapa em sua trajetória, em que há um conjunto de elementos que serviram para dar ao lugar mais dinamismo, impulsionando seu setor econômico. Sendo assim o referido capítulo, versa em torno de tais pontos e que influências agregaram a este espaço urbano.

Houve o surgimento da exploração do alumínio contribuiu, tanto em crescimento populacional como na ampliação do comércio a partir da década de 1940.

Mais adiante, entre as décadas de 1950 e 1960, há o advento do turismo cultural ocasionado pela valorização do conjunto arquitetônico e paisagístico, que a aquela altura já havia sido resguardado através do tombamento instituído pelo então SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e ainda reconhecido através do Governo Vargas como Patrimônio da Memória Nacional em 1933.

Porém é importante salientar que ligados a todos os acontecimentos elencados, o referido capítulo evidencia os desafios que surgiram para que todas estas mudanças fossem sustentadas, como as propostas de planejamento urbano para conter as construções irregulares que surgiram a partir do aumento populacional, a combinação entre a gestão da cidade e a preservação do patrimônio edificado e a organização do espaço para atividade turística.

### **2.1 A indústria, o progresso e a gestão da cidade**

Ao tratar do desenvolvimento da atividade industrial em Ouro Preto, vale ressaltar que este não se deu rapidamente, sendo necessárias quase duas décadas para que houvesse algum crescimento significativo.

Logo, de acordo com o volume V do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, realizado pela Fundação João Pinheiro na primeira metade da década de 1970, pode ser verificado que a

economia de Ouro Preto na década de 1930 carecia de recuperação. E o surgimento da antiga ELQUISA- Electro Química Brasileira em 1934, não foi o bastante para sanar o problema e conter o declínio populacional e, muito menos, elevar os índices econômicos locais.

Ainda de acordo com o documento anteriormente mencionado, a finalidade da ELQUISA, era a fabricação de produtos químicos, entre os quais deve ser destacado o ácido sulfúrico, com uma produção diária de três toneladas, a empresa, porém não encontrava mercado consumidor que lhe permitisse a expansão, tentou-se o sulfato de cobre, também sem grandes resultados, e a fabricação de ambos os produtos foi paralisada em 1952.

Contudo tal realidade só mudaria quando, segundo Simão (2006, p.46), a ALCAN - Alumínios do Brasil S/A - assumiu o controle da ELQUISA, o que logo gerou um aumento considerável nos índices econômicos sendo observado também um incremento demográfico.

A chegada da ALCAN na cidade representou avanço, uma vez que de acordo com o Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (1970), permitiu o aumento dos postos de trabalho, gerou dinamismo aos serviços ofertados pela cidade e melhora na infra- estrutura urbana.

Vale ressaltar, contudo que o surgimento da indústria de alumínio trouxe também a preocupação com o meio ambiente e também com o patrimônio histórico edificado.

Esse novo quadro econômico e social entrou em conflito com o passado da cidade, haja vista o trecho de uma reportagem publicada no jornal Estado de Minas em 10 de julho de 1976, intitulado “Poluição da Alcan ameaça as Igrejas de Ouro Preto”:

A poluição está acabando com o revestimento de ouro das talhas barrocas da Matriz do Pilar em Ouro Preto acabou também com a paciência do vigário da paróquia Padre Feliciano da Costa Simões. Instalada há vários anos no Bairro de Saramenha, a Alcan - companhia multinacional de origem canadense - despeja sob os velhos telhados de Ouro Preto, sem interrupção, os resíduos de alumínio lançados no ar por seus inúmeros fornos. O Padre Simões conseguiu no ano passado um estudo sobre toda a poeira encontrada no interior da matriz do Pilar, um dos mais importantes monumentos do barroco mineiro. O resultado indica que a poeira proveniente de Saramenha está começando a destruir por completo o ouro que reveste os altares e a pintura da igreja.

Porém é necessário que se diga que com o advento de novas atividades econômicas, Ouro Preto retoma um lugar de destaque, tanto em Minas Gerais como no Brasil, sua economia vai se recuperando gradativamente e a população voltava a aumentar, a Tabela 1 a seguir mostra a evolução da população da cidade de Ouro Preto entre os anos 1950 a 1970, período de crescimento da indústria de alumínio na cidade:

Anos	1950			1960			1970		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Ouro Preto	11678	8751	3127	17614	14722	2892	27455	25252	2263
Amarantina	1474	591	883	1431	463	968	1704	389	1015
Antonio Pereira	632	354	277	419	396	120	1155	589	566
Cachoeira do Campo	2215	1161	952	2930	1492	1438	1438	2455	1499
Engenheiro Correa				750	218	532	773	325	438
Glaura	901	482	419	1020	491	529	1087	425	872
Miguel Burnier	3549	912	2637	3020	1103	1917	2950	1144	1306
Rodrigo Silva							1185	734	401
St Rita do Ouro Preto	4565	560	4005	3662	362	3300	4751	556	4153
Santo Antonio do Leite	1222			1151	531	620	1237	772	165
São Bartolomeu	2229	305	1924	1930	228	1702	1637	238	1590
<b>Total</b>	<b>28465</b>	<b>13116</b>	<b>14224</b>	<b>33927</b>	<b>20006</b>	<b>14018</b>	<b>45372</b>	<b>32879</b>	<b>14268</b>

Tabela 1- Ouro Preto Evolução da população urbana e rural por distritos – Anos 1950/1960/1970. Fonte: Aspectos demográficos de Ouro Preto e Mariana Plano de Conservação, Valorização e desenvolvimento Ouro Preto Mariana. Fundação João Pinheiro 1975.

O aumento populacional implicou no desenvolvimento de núcleos de povoação, a exemplo do de Saramenha, área utilizada para a instalação da ALCAN. Tal espaço surge como bairro de vida quase própria, de funções específicas e com um elemento de indução na estrutura urbana, na medida em que gera novas ocupações e novas demandas habitacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - Plano de Conservação, Valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana 1975, p. 56).

O surgimento de núcleos de povoação foi se tornando aos poucos um elemento de preocupação, já que alguns deles acabavam se expandindo para áreas de preservação ambiental e histórica, sendo um exemplo claro apresentado por (Gramount 2003, p. 6) e que gerou grande preocupação por parte das autoridades locais:

Além da depreciação da paisagem que compõe o entorno da cidade, como parte do conjunto tombado, o processo de favelização das encostas da cidade vem dilapidando nos últimos anos um importante sítio arqueológico em Ouro Preto, o Morro da Queimada. O arraial de Ouro Podre foi um dos primeiros arraiais a surgir e foi destruído em 1720 após a revolta de Felipe dos Santos Paschoal da Silva Guimarães em oposição ao aumento dos impostos e à criação das casas de Fundação pela Coroa Portuguesa.

Como um dos núcleos mineradores da antiga Vila Rica, os resquícios do arraial poderiam informar à luz de uma acurada pesquisa arqueológica, como viviam os primeiros habitantes no início do século XVIII. No entanto as ruínas vêm sendo demolidas para a reutilização das pedras em novas construções ou utilizadas como base para a construção de casas pela população de baixa renda.

Para enfrentar os custos e as demandas recorrentes com o aumento da população foi proposta em 1976, a construção de uma espécie de bairro satélite segundo reportagem divulgada no Jornal Estado de Minas no dia 10 de janeiro de 1976:

(... )A zona urbana antiga de Ouro Preto já está superpovoada. Os aluguéis menores custam acima de C\$ 5 mil, mas, mesmo assim, é impossível conseguir casa para alugar ou comprar. O resultado é que proliferam as construções nas cercanias da zona urbana, que desfigura o paisagismo, sem falar nas constantes desfigurações sofridas no próprio núcleo barroco. As autoridades municipais esperam localizar cerca de 1000 pessoas no bairro Satélite, onde o estilo de construções será liberado, pois elas não serão visíveis no conjunto antigo.

Tal afirmativa vem evidenciar um problema bastante recorrente nos núcleos urbanos, os efeitos do desenvolvimento econômico, que carecem de constante monitoramento por parte dos gestores.

Em Ouro Preto conforme será tratado no próximo tópico, tal ação era algo de extrema relevância visto que se tratava de uma cidade tombada por um órgão federal, a partir daí tem-se a elaboração do Plano de Conservação e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana desenvolvido pela Fundação João Pinheiro na década de 1970, instrumento com a importante função de ajudar na organização espacial, propondo ações para que problemas como mobilidade urbana e ocupações de áreas irregulares fossem minimizados.

Além disso, vale evidenciar também que na fase apresentada no próximo tópico do presente capítulo, Ouro Preto ao mesmo tempo em que se expandia,

era também valorizada pela atividade turística e pela existência de seu patrimônio cultural edificado o que representou ganhos econômicos e projeção da cidade como destino de grande visibilidade.

## **2.2 Ouro Preto Preservação Patrimonial, Planejamento Urbano e Turismo**

Além da economia local que pulsava e se desenvolvia a cada dia, Ouro Preto se viu de repente valorizada pelo seu conjunto urbano e paisagístico e por sua cultura.

A este respeito se pode dizer que tudo teve início a partir da Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922, realizada na cidade de São Paulo e cujo foco primordial foi a exaltação a tudo o que era do Brasil e, neste conjunto, estavam inseridas as cidades heranças do período colonial portadoras de passado que deveria ser resguardado.

Tal movimento foi idealizado por alguns intelectuais brasileiros, Mário de Andrade, Aloísio Magalhães entre outros que preocupados com a formação da identidade brasileira, foram os primeiros a se atentarem para o fato de que esta precisava ser reforçada e que para tal era necessário olhar para trás, recuperar as fontes, valorizar a história nacional e observar o que internamente havia para contá-la com a importância que merecia. Assim entra em voga a defesa do patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Fonseca (2002, p. 32), um fator de grande motivação para tais ideais, se refere à visita técnica realizada por modernistas às cidades coloniais de Minas Gerais, dentre elas Ouro Preto. Encantados com que havia no lugar voltaram com a certeza de que a história presente ali deveria ser preservada.

Sendo assim já no ano de 1937, através do Decreto- Lei nº 25 sob o Governo Vargas é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), bem como instituído o instrumento de tombamento. Ouro Preto uma das primeiras cidades a serem tombadas, sendo inscrita no livro de Tombo de Belas Artes em 1938.

Porém é importante mencionar que a cidade já havia vivido momentos de cuidado com seu patrimônio cultural. Inicialmente com a Inspeção de Patrimônio, cujas ações de conservação ocorriam de forma incipiente, dada a baixa existência de recursos, físicos ou financeiros.

Na década de 1930, segundo Magalhães (2010, p.18), a Inspeção de Patrimônio coordenada por Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, representou um órgão de certa importância na preservação dos monumentos nacionais, e apesar de idéias profundamente historicistas e de ações de pouco alcance, uma vez que não dispunha de grande aparato técnico, conseguiu salvar alguns elementos do passado brasileiro.

Neste contexto Ouro Preto mereceu grande atenção. Segundo o mesmo autor foram restaurados 33 monumentos sendo 6 pontes, 18 chafarizes e 9 igrejas, e em muitos deles se tentou realizar algo que fosse próximo ao original.

Para reafirmar a importância de Ouro Preto como lugar significativo para a história brasileira, reforçada através de seu conjunto arquitetônico e paisagístico, a cidade recebe da UNESCO na década de 1980 o título de Patrimônio Cultural da Humanidade; sendo inscrita, de acordo com Salcedo (2007, pg. 81), no Livro Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1986. Em 1989 estava definida a delimitação do perímetro de tombamento local.

Porém o aumento populacional ocorrido entre o período de 1950 a 1970 motivou as atenções para algo delicado, pois o fato de ter 90% de seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, segundo dados do IPHAN (2002), fez com que as autoridades se atentassem para o planejamento urbano, algo imprescindível ainda mais naqueles tempos.

Sendo assim surge a necessidade de elaboração de um plano de desenvolvimento urbano, a ser preparado pelo arquiteto português Alfredo Viana de Lima nos primeiros anos da década de 1970, numa iniciativa da Unesco, e do Governo do Estado de Minas Gerais através da Fundação João Pinheiro.

Vale ressaltar a importância deste documento, pois representou um ponto norteador para a política urbana de Ouro Preto, comprovado, por exemplo, pelo fragmento de uma reportagem do Jornal O Estado de Minas de 20 de novembro de 1978:

O prefeito Alberto Caram vai adotar em sua administração o Plano Viana de Lima que a Fundação João Pinheiro desenvolveu em todos os seus pormenores a fim de preservar a área histórica de Ouro Preto e estruturar racionalmente o desenvolvimento da cidade. Fizeram do plano um bicho de sete cabeças sendo que ele representa antes de

mais nada um plano diretor para implementação a curto, médio e longo prazo ao alcance dos recursos de Ouro Preto e de todo o complexo de órgãos que se dispõe a sua execução

Ainda segundo a mesma reportagem o plano possuía cerca de 30 volumes, sendo que uma das suas primeiras providências era acabar com o tráfego de veículos pesados no centro histórico, para tanto o referido documento propunha as seguintes estratégias:

- A construção de uma estação de ônibus que funcionaria fora do centro da cidade;
- O estabelecimento de horários de carga e descarga de caminhões;
- E por último, a construção de um empório em outra região da cidade para facilitar a distribuição de mercadorias.

Apesar de problemas relatados anteriormente, é importante mencionar que Ouro Preto não sofreu grandes processos de descaracterização como o ocorrido a outras cidades também do Ciclo do Ouro, como Congonhas do Campo de acordo com Simão (2006, p 21).

Mas é importante salientar que mesmo não tendo vivido tais problemas tão profundamente, as autoridades locais estiveram alertas para a organização do desenho urbano tendo para isso a ajuda do IPHAN que tinha um escritório instalado na cidade.

É importante mencionar que na década de 1970 ocorreu uma parceria entre poder público federal e municipal, representados respectivamente pelo IPHAN e prefeitura municipal de Ouro Preto, para tornar as ações de cuidado com o patrimônio histórico mais concretas e eficazes sendo estabelecido na época um plano de trabalho integrado. (ARQUIVO PÚBLICO DE OURO PRETO 1976)

Tal ação vem chamar a atenção para algo imprescindível no planejamento e execução de políticas urbanas, a parceria de diversos agentes do poder público, o que serve para que os projetos se tornem mais concretos, amplos e de execução mais eficaz.

Devido a sua importância histórica e possuindo ainda um conjunto arquitetônico e paisagístico de grande singularidade, reconhecido mundialmente, a cidade passou a figurar entre os destinos mais procurados.

Com o advento da atividade turística, a economia local volta a se movimentar com o incentivo a construção de meios de hospedagem, a intensificação da

produção e valorização do artesanato local e criação e produção de eventos artísticos e culturais como o Festival de Inverno cuja primeira edição ocorreu em 1967, como uma iniciativa de professores da Escola de Belas Artes da UFMG, com o objetivo principal levar arte à coletividade, numa atividade extensão universitária. (REIS e BONFIM 2012, p. 7).

A importância do referido evento cultural para Ouro Preto foi muito além da circulação de público e geração de renda, permitiu a reafirmação de sua história e cultura.

Nos estudos para esta monografia foi encontrado nos arquivos da Câmara Municipal um anteprojeto de 1967, que trata da criação de um departamento de turismo na cidade, com a função de organizar a atividade em Ouro Preto, incentivando a melhoria dos equipamentos de apoio turístico, o incentivo à preservação do patrimônio histórico e a capacitação dos prestadores de serviço.

Outro marco importante no planejamento do turismo foi a criação de incentivos fiscais pelo Decreto-Lei nº 1191 de 27 de outubro de 1971, além das normas referentes à construção de hospedagem e à adequação dos hotéis construídos. Ao verificar o relatório de atividades da Secretaria Municipal de Turismo da década de 1970, chama atenção o entendimento da importância da atividade para a cidade e mais ainda a necessária conscientização para a preservação do patrimônio cultural, evitando-se o turismo predatório.

Para comprovar tal afirmativa o referido documento evidencia que:

Partindo da tese de que sem a preservação de Ouro Preto não se pode falar em turismo no município, a Secretaria se empenhou ao máximo na valorização do patrimônio histórico, artístico e paisagístico, atuando conjuntamente com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

A afirmativa vem para reforçar a importância da construção da atividade turística no município a partir da união entre duas esferas do poder público o que representou o cuidado com a cidade.

Vale dizer que este cuidado não estava alicerçado apenas na preservação de um produto turístico, mas, sobretudo do lugar, sua história e cultura, ao realizar os levantamentos para elaboração do presente tópico fica evidente o objetivo

de que a atividade deveria caminhar sempre na mesma direção da cidade e nunca na contramão.

A partir de tudo o que foi dito até aqui se percebe que Ouro Preto teve um gradativo desenvolvimento e soube moldar-se a nova realidade advinda principalmente do crescimento industrial, contudo vale ressaltar que a cidade ainda vivia o desafio da expansão urbana.

Sendo assim o terceiro capítulo segue a linha de tratar do desenvolvimento de Ouro Preto evidenciando as ações para conter o crescimento urbano desordenado como, por exemplo, a construção de instrumentos de gestão.

## **CAPÍTULO 3- A CIDADE ATUAL, A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO**

No capítulo anterior, Ouro Preto viu sua economia crescer a partir da chegada da indústria de alumínio e do desenvolvimento do turismo ocasionado pela valorização de seu patrimônio arquitetônico e cultural.

Tais mudanças serviram para dar um novo tom a este espaço urbano, expandindo-o, desenvolvendo-o e porque não dizer, gerando conflitos.

Sendo assim, este último capítulo discute as modificações vivenciadas pela cidade, e aqui privilegiadas pelos focos no dinamismo urbano que recoloca o dilema de desenvolvimento e preservação patrimonial, as atividades econômicas desenvolvidas e o turismo e por fim a eficácia dos instrumentos em uso na organização do espaço urbano. São estas questões que nesta monografia se chama de desafio da gestão urbana em Ouro Preto.

Para tratar de tais pontos o presente capítulo se divide em três partes, sendo que a primeira traz dados gerais e atuais do município, a segunda discute a cerca dos instrumentos de gestão existentes na cidade bem como sua eficácia e por fim tem-se o terceiro e último tópico que trata respectivamente do turismo existente em Ouro Preto e das ações para preservação de seu patrimônio artístico e cultural.

### **3.1 Ouro Preto e seus registros atuais**

Ao ter como proposta apresentar a cidade de acordo com seus dados gerais, este tópico tem como mote tratar da Ouro Preto para além de um sítio histórico tombado ou um importante atrativo turístico.

De acordo com dados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (2010) a cidade faz divisa com os municípios de Catas Altas da Noruega, Belo Vale, Mariana, Congonhas do Campo, Itabirito, Itaverava, Moeda, Ouro Branco, Santa Barbara e Piranga.

Distante há cerca de 90 km de Belo Horizonte, Ouro Preto compõe a Zona Metalúrgica de Minas Gerais e tem como um dos elementos chave de sua economia a exploração do minério de ferro, que mesmo com o passar dos anos tem ganhado ainda mais espaço se comparado a outras atividades.

É inegável também o desenvolvimento do setor de serviços vivenciado nos últimos anos, ocasionado pelo desenvolvimento do comércio o que se deve tanto a atividade turística bem como pela ampliação da UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, fenômenos que movimentam bastante a cidade despertando diversas atividades ligadas aos mais variados campos. Contudo vale ressaltar que a maciça contribuição do setor siderúrgico no PIB municipal é algo que vem ganhando força nos últimos anos conforme o Gráfico 1.

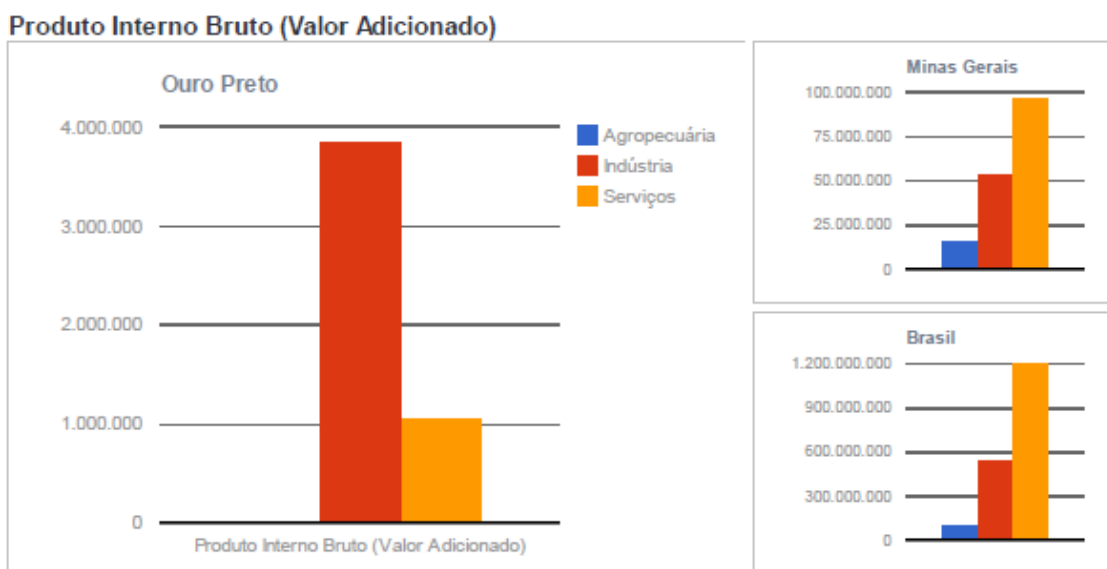


Gráfico 1. Produto Interno Bruto Valor Adicionado  
 Fonte: IBGE 2013. Elaboração: IBGE

Ainda de acordo com o gráfico anteriormente apresentado percebe-se que os índices ligados ao setor da indústria são bastante significativos se comparados ao estado Minas Gerais e ainda ao Brasil.

Os investimentos na área são constantes conforme evidencia reportagem publicada no jornal Estado de Minas no dia 29 de novembro de 2013:

O pacote de recursos que serão aplicados até 2020 no estado levará o conglomerado ao time dos grandes produtores de ferro, formado pela Vale, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e que terá a presença da Mineração Usiminas nos próximos anos. A maior parcela do aporte será destinada às reservas de Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, e Várzea do Lopes, em Itabirito, localizadas na Região Central mineira.

A respeito da população de acordo com dados do Censo do IBGE 2010 o município possui 70281 habitantes, sendo que 51% de sua população é formada por mulheres e 49% de homens conforme evidencia a Tabela 2 abaixo:

Idade	Ouro Preto		Minas Gerais		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	1.773	1836	523.258	504.533	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	2.618	2600	726.034	702.961	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	3.074	3.084	858.109	830.051	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	3.249	3100	868.022	851.253	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	3.402	3.097	874.104	859.390	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	2.999	3.171	851.586	853.105	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	2.849	2.910	790.229	805.450	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	2.456	2800	694.342	722.116	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	2400	2.652	671.738	702.039	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	2.279	2.500	628.195	666.388	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	1.939	2.145	548.830	584.829	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	1.678	1.722	441.415	479.714	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	1.186	1.307	339.165	376.212	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	869	1.100	251.626	290.172	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	607	823	191.852	233.376	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	385	596	129.276	168.843	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	201	397	76.292	112.030	668.589	998.311
85 a 89 anos	90	223	34.862	56.569	310.739	508.702
90 a 94 anos	29	86	12.469	24.269	114.961	211.589
95 a 99 anos	8	32	3.332	7.576	31.528	66.804
Mais de 100 anos	1	8	739	1.904	7.245	16.987
<b>Total</b>	<b>34092</b>	<b>36189</b>	<b>9.515.475</b>	<b>9.832.780</b>	<b>92.024.445</b>	<b>96.010.182</b>

Tabela 2 Composição Etária da População de Ouro Preto MG

Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: IBGE

Nota-se um fato interessante ao observar a tabela acima, assim como ocorre no restante do estado e até do país, a população economicamente ativa apresenta um índice marcante contra a baixa predominância de idosos. Tais dados podem ser mais bem visualizados na Tabela 3 a seguir:

Categoria	Ouro Preto	%	Minas Gerais	%	Brasil	%
PEA	61560	89	17037691	88	167444958	99,6
Idosos	7869	11,34	2310564	12	589669	0,4
Total	69429	100	19348255	100	168034627	100

Tabela 3 PEA e Idosos em Ouro Preto, em Minas Gerais e no Brasil

Fonte: Censo IBGE 2010. Dados trabalhados

Outro dado importante de ser evidenciado se refere às ocupações profissionais dentro do município de Ouro Preto. Na Tabela 4 percebe-se grande predominância de indivíduos que trabalham no comércio e serviços sendo 15,9% e ainda como operários sendo 14,8% contra 10,1 % de profissionais do ramo das ciências e membros das forças armadas 0,3%.

<b>Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010</b>		
<b>Grandes grupos de ocupações</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Diretores e gerentes	1.336	4,1
Profissionais das ciências e intelectuais	3.324	10,1
Técnicos e profissionais de nível médio	2.541	7,7
Trabalhadores de apoio administrativo	2.281	6,9
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	5.230	15,9
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1.482	4,5
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	4.876	14,8
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.742	8,3
Ocupações elementares	6.944	21,1
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	91	0,3
Ocupações mal definidas	2.052	6,2
<b>Total</b>	<b>32.899</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 4 Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupação. Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: SAGI/ MDS

O próximo tópico segue tratando da cidade de Ouro Preto sob o âmbito dos instrumentos de gestão, buscando evidenciar a sua importância na urbanização da cidade bem como discutir a cerca de problemas que vem perdurando por anos e anos como a existência de construções em áreas de risco mobilidade urbana.

### **3.2 Planejamento e gestão urbana- a construção de instrumentos e políticas públicas**

A gestão da cidade é um processo bastante complexo, em que diversos fatores devem ser analisados para que as ações a serem implementadas sejam planejadas de forma coerente.

Considerados os vários processos vivenciados, percebe-se que as cidades passam por gradativas transformações, o que recomenda aos modelos de planejamento existentes olhares múltiplos, atentos às variadas necessidades que possam surgir.

Para reforçar a referida afirmativa La Mora ( 2008, p.106) evidencia:

O desenvolvimento urbano e a gestão da cidade requerem a disponibilidade de uma estrutura de planejamento moderna, que permita diagnosticar de forma precisa os problemas econômicos, ecológicos, sociais, culturais e urbanísticos, formular propostas e implementar soluções eficazes.

Sendo um fenômeno em mutação, no Brasil, as transformações urbanas estiveram ligadas a diversos fatores dentre os quais o crescimento da indústria experimentado entre as décadas de 1950 a 1970, que gerou um importante fluxo migratório do campo para a cidade e ainda o crescente aumento na taxa de natalidade o que teve como consequência o crescimento das cidades brasileiras bem como a expansão de suas áreas urbanas.

Dentre as contribuições para a discussão das idéias apresentadas na primeira parte deste tópico vale mencionar as de Ultramari e Firkowski (2012, p.10) que tratam da gestão urbana no Brasil observada a partir de momentos distintos.

Entre as décadas de 1970 e 1980 quando da pressão dos movimentos sociais por melhores condições de vida nas cidades, havia um modelo de gestão municipal chamado de Ação Administrativa, em que não existia a percepção mais ampla de administração, o gestor tentava resolver questões pontuais tais como uma saúde pública básica, transporte e educação por exemplo.

Num segundo momento que se estende entre as décadas de 1980 a 1990, tem-se a atenção do gestor para outras questões como a melhoria e criação de novos postos de trabalho, o reconhecimento de que a cidade como elemento dinâmico com uma gestão que acompanhasse tal pensamento, cujo marco é a Constituição de 1988 com diretrizes seminais para o planejamento urbano.

Na década de 1990 até no início dos anos 2000, ocorre a preocupação com o meio ambiente, deixou-se de negar o crescimento urbano, se fazia necessária a implementação de modelos de gestão que organizassem a cidade sustentável, de modo a não gerar a perda de recursos.

Por fim ainda de acordo com os referidos autores, é nos anos 2000 que se busca uma gestão mais flexível da cidade levando em conta a preservação dos recursos naturais e as necessidades da população.

Ao observar os modelos mencionados percebe-se uma transformação na gestão urbana, principalmente no que tange ao poder público municipal que

antes com uma autonomia restrita experimenta nos tempos atuais uma importante evolução.

Tal evolução significa que nos últimos tempos as prefeituras brasileiras tem tido sua missão de gerir a cidade cada vez mais reforçada, ou seja, a interferência do estado existe, mas não é tão forte como na década de 1970, a exemplo da Lei Federal 6766/1979 citada por Ultramari e Firkowski (2012, p.11) que tratava do fato de que a organização do município cabia ao estado. Tal transformação se deve ao novo quadro político, aos novos instrumentos jurídicos como o Estatuto da Cidade de 2001, que propôs ações norteadoras que permitiram aos gestores planejar a cidade em várias dimensões, inclusive com a ampliação da democracia com a participação do cidadão na construção de políticas públicas.

Vale mencionar aqui algumas de suas diretrizes gerais:

(..)Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

Para dar corpo a tais diretrizes principalmente no que tange a organização espacial, bem como a garantia dos direitos sociais, a referida lei institui a obrigatoriedade da utilização de instrumentos norteadores como a Lei Orgânica, o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo incrementando o planejamento físico territorial. A Lei Orgânica Municipal é um dos que

apresentam grande relevância, já que ela representa a base para a existência tanto do Plano Diretor, como também da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O Estatuto da Cidade reforça e legitima tais instrumentos de organização dos municípios, bem como possibilita coerência entre as políticas públicas mais próximas as realidades locais.

Após este breve apanhado do quadro normativo nacional é possível analisar a política urbana do objeto de estudo deste trabalho, a cidade de Ouro Preto.

De início, a Lei Orgânica Municipal é de 1990 sendo atualizada em 2013. Ela cumpre o papel de embasar a política urbana do município, tratando da criação de conselhos municipais e da instituição de instrumentos para a organização do território.

Dentre os artigos mencionados na referida lei vale ressaltar o artigo 198 referente à Política Urbana:

- Art. 198. Na promoção de desenvolvimento urbano observa-se –a:
- I. Ordenação do crescimento da cidade, prevenção e correção de suas distorções;
  - II. Contenção de excessiva concentração urbana;
  - III. Indução a ocupação do solo edificável, ocioso ou subutilizado;
  - IV. Adensamento condicionado à adequada disponibilidade de equipamentos urbanos e comunitários
- (...) VII Nos locais considerados instáveis ou sujeitos a algum tipo de risco de natureza geológica, o parcelamento e a construção só poderão ser aprovados mediante laudo técnico específico com parecer conclusivo a respeito da exequibilidade e da adequação do projeto proposto as características do terreno.

O Plano Diretor Municipal teve a proposta inicial de elaboração em 1996, sendo atualizado em 2006 através da Lei Complementar nº. 28, valendo o registro de alguns de seus objetivos:

- I – Favorecer a dinamização da economia do município, de forma compatível com a proteção das áreas e edificações de interesse natural e cultural, facilitando e promovendo a descentralização das atividades econômicas e dos equipamentos urbanos em todo o território;
- III- Direcionar o desenvolvimento do município no sentido do cumprimento da função social da cidade;
- ( ...) V- Planejar a expansão das áreas urbanas do município de modo a adequar sua ocupação as condições do meio físico e a oferta de infra-estrutura, bem como as necessidades de proteção do patrimônio natural e cultural;
- VI- Promover a melhor articulação física entre os distritos e melhor integração à malha urbana dos bairros de ocupação mais recente do distrito sede;

VII- Promover uma maior autonomia dos distritos e dos bairros do distrito – sede da sede municipal no sentido de atender as necessidades cotidianas de suas populações de forma a reduzir as pressões de ocupação e de circulação de veículos no núcleo histórico de Ouro Preto.

Destes incisos, três devem ser destacados, pois ilustram o elemento chave de discussão desta monografia, sendo o I que trata do desenvolvimento da cidade alinhado a preservação patrimonial e ainda ao incentivo a descentralização de serviços; o item V referente ao planejamento das áreas de expansão urbana como forma de proteção ao patrimônio natural e por fim o VII trata da autonomia dos distritos e outras regiões da cidade.

A organização das áreas de expansão representa, conforme será tratado mais adiante, um grande problema que tem se perpetuado por diversas gestões, já a desobstrução do centro histórico através do fomento a expansão de serviços em áreas da cidade, como bairros mais periféricos, representa uma solução eficaz para que impactos sejam minimizados.

Para exemplificar tal afirmativa, já foram relatados acidentes que culminaram na destruição de bens de valor cultural inestimáveis como o chafariz da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, destruído por um caminhão de bebidas, conforme reportagem na coluna Cidades do jornal Estado de São Paulo em 6 de novembro de 2002.

A fim de diminuir tal problema segundo Oliveira (2009, p. 201):

Em setembro de 2002, seguindo as exigências do programa Monumenta, foi aprovado o Estudo de Tráfego do Município de Ouro Preto. Nesse primeiro relatório foi feito um diagnóstico preliminar da área correspondente ao sítio histórico da cidade identificando, por exemplo, quais ruas possuem a maior circulação de veículos e pedestres, quais os itinerários do transporte coletivo como ocorrem as operações de carga e descarga de mercadorias, quais as vias com maior incidência de ocorrências de trânsito. Em novembro de 2002, como consequência desse estudo de tráfego, foi aprovada a Lei nº 102 que modificou as normas de adequação do Sistema de Estacionamento Rotativo de Ouro Preto. Contudo, tanto esse estudo quanto essa lei não conseguiram resolver o problema do tráfego de veículos em Ouro Preto.

Outro ponto de reflexão se refere ao crescimento da população conforme já evidenciado no primeiro tópico, que teve uma progressão ao longo dos anos

gerando aumento da ocupação urbana inclusive para áreas de preservação ambiental.

Para tentar criar formas para minimizar tal problema em 20 de janeiro de 2011 foi instituída a Lei Complementar nº 93, conhecida como a Lei de Uso e Parcelamento do Solo no município de Ouro Preto. Ao tratar da organização do território municipal vale ressaltar o capítulo I, que evidencia as áreas destinadas a ocupação urbana:

Constituem áreas urbanas e de expansão urbana do Município de Ouro Preto aquelas compreendidas pelos perímetros urbanos do núcleo urbano de Ouro Preto, Distrito Sede, das sedes dos Distritos de Amarantina, de Antonio Pereira, de Cachoeira do Campo, de Engenheiro Correa, de Glaura, de Lavras Novas, de Miguel Burnier, de Rodrigo Silva, de Santa Rita de Ouro Preto, de Santo Antonio do Leite, de Santo Antonio do Salto de São Bartolomeu, e das localidades de Chapada, da Bocaina, da Caiera, da Serra do Siqueira, do Vale do Tropeiro do Rio do Mango, (Santo Antonio do Leite/Engenheiro Correa), do Soares e do Mota.

Parágrafo único: As áreas externas aos perímetros urbanos e de expansão urbana definidos nos termos do caput deste artigo são consideradas áreas rurais, não sendo admitido o parcelamento, o uso e a ocupação para fins urbanos.

Tais áreas podem ser visualizadas na Figura 1, onde as áreas em vermelho se referem ao perímetro urbano e as áreas em verde são as zonas protegidas.

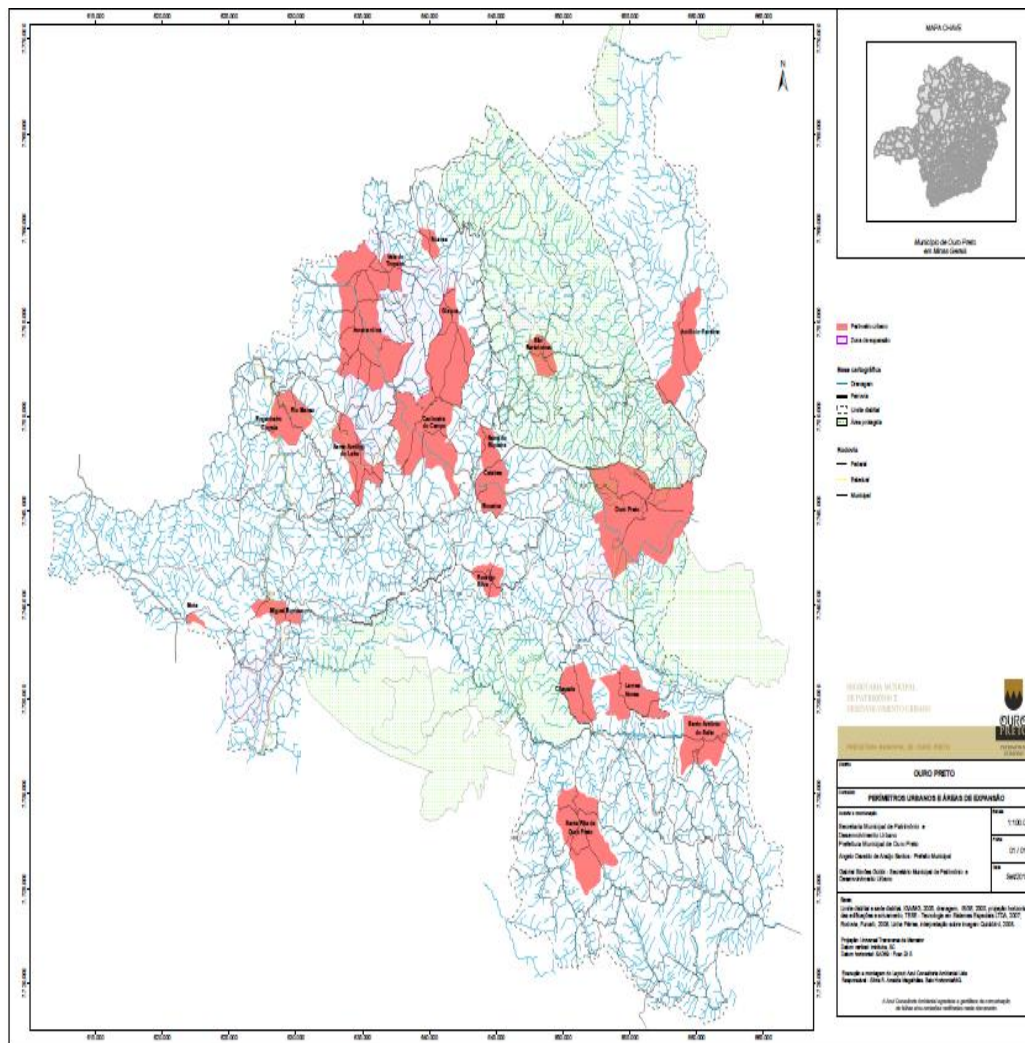


Figura 1. Mapa das Áreas de Expansão de Ouro Preto. Fonte Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto. 2010. Elaboração: Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano

Quanto ao parcelamento do solo do município, o Capítulo III, apresenta as seguintes diretrizes:

- Art. 19. Não é permitido o parcelamento do solo em terrenos:
- I. Com frentes para vias públicas que não possuam caixa viária suficiente para acessibilidade de veículos de emergências exceto nas ZEIS;
  - II. Sujeitos a inundações, enquanto não forem tomadas providências que que assegurem o escoamento das águas;
  - III. Que tenham sido aterrados com material nocivo a saúde pública;
  - IV. Com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes, observando os parágrafos 1 e 2 deste artigo;
  - V. Nas áreas degradadas ou naquelas em que seja tecnicamente comprovado que as condições geológicas não aconselham a edificação;

- VI. Contíguos a mananciais, cursos d'água, águas dormente e demais recursos hídricos;
- VII. Em que a poluição impeça a existência de condições sanitárias suportáveis;
- VIII. Alagadiços
- IX. Em áreas contínuas com vegetação natural de importância ambiental declarada pelo município com dimensão igual ou superior a 5000m (cinco mil metros quadrados)
- X. Em áreas de preservação ambiental, nos termos da legislação vigente;

Coerente com tais diretrizes, o zoneamento de Ouro Preto apresenta a seguinte tipologia:

- Zona de Proteção Especial- ZPE,
- Zona de Proteção Ambiental – ZPAM,
- Zona de Adensamento Restrito – ZAR,
- Zona de Adensamento- ZA,
- Zona de Desenvolvimento Educacional - ZDE,
- Zona de Intervenção Especial- ZIE,
- Zona de Interesse Mineral - ZIM e
- Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

A Figura 2 mostra as áreas de proteção ambiental em cor verde e em vermelho a Zona de Proteção Especial que se refere a delimitação da área tombada.

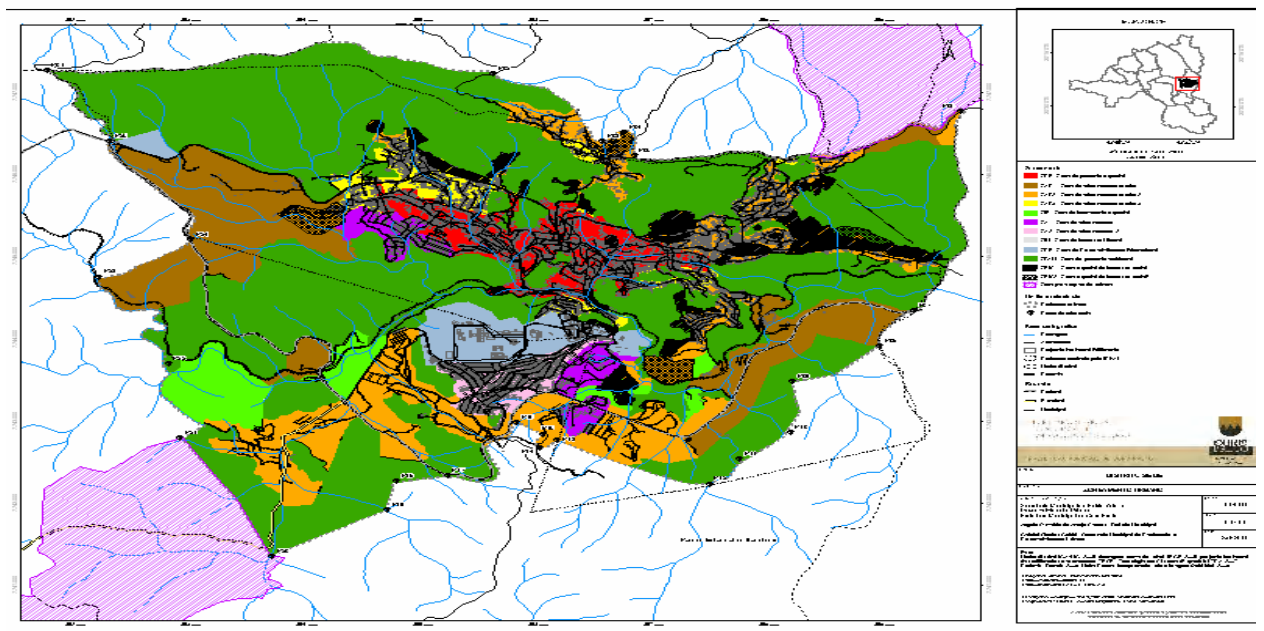


Figura 2 Mapa de Zoneamento de Ouro Preto. Fonte: Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto 2010. Elaboração: Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto

A proposta de organização urbana a partir do zoneamento resultante das leis anteriormente mencionadas representa uma ação importante na resolução de problemas existentes na cidade ligados a expansão urbana. O progressivo crescimento urbano que ao longo dos anos preocupou parte das autoridades devido à ocupação de áreas irregulares é algo que vem sendo acompanhado desde a década de 1970, conforme já tratado no segundo capítulo. Naquela época planos foram propostos que, apesar de suas diretrizes, não conseguiram resolver o problema como um todo.

Segundo Pinheiro e Sobreira (2003, p. 2), ocorreu a construção de moradias em áreas que no passado haviam sido utilizadas com fins de mineração e que guardavam a marca da atividade, terreno irregular que invalidaria a possibilidade de uma habitação adequada.

Os autores ressaltam ainda que:

Nas décadas de 1980 e 1990 presencia-se o surgimento de novos bairros como Pocinho e Santa Cruz ambos sem qualquer planejamento, o que reforça que mesmo nos dias atuais, o descaso do poder público permanece no que diz respeito a ocupação desordenada do espaço urbano.

Tal afirmativa vem evocar um processo de vulnerabilidade pelo qual passa a cidade, a ocorrência de graves deslizamentos como o ocorrido por ocasião das chuvas do ano de 2012, conforme reportagem intitulada “Cidades Históricas enfrentam problemas de metrópole” publicada no site Veja.com:

A chuva que causa mortes e prejuízos em Minas Gerais desenterrou para o resto do país, um problema que já atormenta moradores e visitantes das cidades históricas. O relevo que emoldura preciosidades arquitetônicas dos séculos XVII e XVIII enfrenta favelização e construções fora do controle que criam ao redor de Ouro Preto, Mariana, Congonhas, São João Del Rei, Tiradentes e Sabará, um cinturão de áreas de risco.

(...) O comandante do grupamento de Corpo de Bombeiros de Ouro Preto, o subtenente Roberto Dutra que também é responsável pela região de Mariana e outros 19 municípios, conhece de perto o problema, e vem assistindo a um perverso mecanismo de incentivo a ocupações de área de risco.

Ao mencionar os instrumentos jurídicos já apresentados e ainda discorrer sobre os problemas enfrentados pela cidade nos últimos anos, cabe agora discutir o papel da gestão municipal neste universo. Para dar conta de organizar o

espaço urbano do município de Ouro Preto, a Prefeitura Municipal conta com a Secretaria de Obras e Urbanismo cujas funções são a regulação urbana fora do perímetro urbano tombado, a regulação dos distritos e o trato de resíduos sólidos.

De acordo com pesquisa realizada na referida Secretaria, algumas propostas tem sido desenvolvidas para resolver problemas, como o grande número de construções mal planejadas existentes nas áreas mais carentes do município e que, na época das chuvas, geram estado de alerta na população e nas autoridades.

Para a resolução de tal ponto tem sido desenvolvido um projeto de engenharia urbana, cujo foco é atender a famílias de baixa renda prestando uma espécie de consultoria nas construções, evitando que estas se realizem fora dos padrões mínimos de segurança e regularidade. Deve-se evidenciar que há ainda outros projetos em andamento, segundo o responsável pelo Departamento de Edificações da Secretaria de Obras, o senhor Anderson Agostinho, dos quais vale salientar que com recursos do Ministério da Cidade em parceria com a SEDRU há um programa bianual, cujo foco é a contenção das construções em áreas de risco. Para o período de agosto de 2013 a agosto de 2014 foi prevista a contratação de uma consultoria para realização de levantamentos e elaboração de projeto sendo sua execução prevista para o período de agosto de 2014 a agosto de 2015.

Existe ainda uma parceria como a aquela com o IGEO – Instituto de Geologia da UFOP para dar assessoria aos projetos para contenção das áreas de risco e ainda com a Pangea, responsável por fazer mapeamento físico e georreferenciado com famílias residentes em áreas de risco do município.

Além da contenção das áreas de risco, vale mencionar a proposta de ações para resolver problemas ligados à mobilidade urbana, (algo que, conforme já relatado no presente tópico, requer resolução urgente, para tanto há a proposta de elaboração de um plano idealizado pelas Secretarias de Governo e Defesa Social do município que ainda está no estágio de levantamentos iniciais. )

Quanto a isso existe o Promova Ouro Preto, um programa que visa o desenvolvimento da cidade, comprometido com a melhoria das vias públicas ponto ligado a mobilidade e que carece de atenção.

Diante de tudo o que foi tratado aqui, parece bem claro que dentre os instrumentos jurídicos até ações tanto ligadas ao zoneamento urbano, como as voltadas à mobilidade levam à reflexão de que outras soluções além das que foram mencionadas seriam importantes e necessárias para que os impactos ligados ao crescimento do município fossem gradativamente controlados.

Para a implementação de ações coerentes deve-se considerar Ouro Preto com suas especificidades geomorfológicas e seu passado minerário e a preservação de seu precioso conjunto arquitetônico e patrimonial. A partir de então, avaliar a viabilidade de incentivos ao polinucleamento e descentralização de serviços em áreas da cidade mais periféricas e nos distritos. Tais medidas permitiriam não só seu desenvolvimento e independência bem como mitigaria impactos ao centro histórico com uma organização do tráfego de veículos.

Sobre a ocupação desordenada de áreas de risco a opinião dada pelo senhor Anderson Agostinho:

Na minha opinião deveria haver uma verticalização das áreas periféricas e áreas perdidas pela mineração como aconteceu em cidades da Europa e até de São Paulo tal proposta permitira a utilização de áreas corretamente.

Ao pensar Ouro Preto como um todo principalmente ao rever os problemas elencados no presente tópico, fica a certeza de que para a sua solução é necessário uma atualização da legislação urbana atual, fazendo com que esta se adeque a realidade do município nos últimos anos e ainda que as propostas para organização urbana sejam testadas pois tem se a impressão que tudo caminha a passos lentos sendo algo que ainda está longe de ser concluído.

### **3.3 Turismo cultural em Ouro Preto, uma atividade em desenvolvimento**

O turismo é uma atividade de grande importância para a difusão de saberes e transformação dos lugares onde ocorre. No campo econômico representa um seguimento com destaque crescente tanto no Brasil como no mundo. Como uma atividade bastante dinâmica, vem experimentando nos últimos anos uma constante mudança em sua concepção, sendo antes vista como uma forma

cruel de promover os lugares se transformou aos poucos num agente importante para a preservação dos mesmos, já que através dos recursos financeiros captados torna-se possível estabelecer parcerias junto ao poder público local para a construção de políticas para melhoramentos urbanos.

O entendimento de que a própria atividade turística pode funcionar como motivadora da manutenção da identidade local, coloca o turismo como uma das grandes alternativas econômicas atuais para os núcleos urbanos preservados (SIMÃO 2006, p. 18).

Sendo assim, a proposta de ter um tópico dedicado ao turismo cultural em Ouro Preto vem tanto ligação da atividade em sua economia local como em história conforme já tratado no segundo capítulo.

Ao surgir na cidade entre as décadas de 1950 e 1970 de forma espontânea a partir da valorização de seu conjunto arquitetônico, foi ganhando força e passou a contribuir para a preservação do patrimônio cultural local, com o propósito de dar novos usos aos espaços com a criação de meios de hospedagem, equipamentos culturais e restaurantes.

Outro ponto que merece destaque, devido à sua importância, é o encontro entre visitantes e visitados, o que é precioso ao se pensar em turismo em Ouro Preto, de acordo com o que foi observado ao longo do trabalho de campo que envolveu a realização deste estudo. Nota-se um contato de forma harmônica sem que haja impactos mais visíveis ou conflitos significativos como ocorre a outras cidades coloniais. Observou-se em Ouro Preto que o morador entende o turismo como algo importante no desenvolvimento local e divulgação positiva da cidade e isso pode ser comprovado por Machado e Santos (2012, p. 4):

Contradizendo a idéia defendida pelo sociólogo Jost Krippendorf (1989), pode-se observar que os moradores manifestaram desejar integração com os visitantes. E apesar de declararem não exercer de forma habitual e regular, atividades financeiras relacionadas ao turismo a maioria dos entrevistados demonstrou ver como benéfica a presença dos turistas em Ouro Preto (71%).

(...) Observou-se ainda, que a expectativa idealizada da proposta de turismo seria de uma atividade que solucionaria os problemas mais básicos, como a falta de emprego. Essa percepção pode ser observada nas respostas dos moradores que manifestaram ver no turista uma possibilidade de obter ganho econômico, aumento na oferta de emprego para a comunidade. Dentre os moradores entrevistados 55 % informaram não ter exercido atividade remunerada relacionada ao turismo e 45% informaram já ter exercido.

O que dizem os autores anteriormente referenciados é algo de grande relevância e representa uma particularidade rara e explícita no cotidiano de Ouro Preto; percebe-se que realmente seus moradores se preparam para receber o turista que vêm não só como elemento de fonte de renda mas também um sujeito de trocas culturais.

Ainda tratando da importância do turismo na cidade, outro fator favorável da atividade é o relativo dinamismo que movimenta diferentemente os seus doze distritos: Amarantina, Antonio Pereira, Cachoeira do Campo, Miguel Burnier, Lavras Novas, Engenheiro Correa, Glaura, São Bartolomeu, Santo Antonio do Leite, Santa Rita, Santo Antonio do Salto e Rodrigo Silva.

Em tais lugares o turismo representa além de geração de divisas, desenvolvimento, e alguma transformação dinamizando a pequena estrutura existente, o objetivo é fazer com que turista que passe por Ouro Preto queira também conhecer seus arredores.

Segundo informações colhidas junto a Prefeitura Municipal os distritos que mais se destacam são: Lavras Novas devido a existência de um pequeno setor hoteleiro, restaurantes e empresas para a realização do Ecoturismo; Santo Antonio do Leite, em menor escala, possui também equipamentos de infraestrutura turística razoáveis, e, por fim, São Bartolomeu que traz a particularidade de possuir trilhas auto-guiadas.

Salientando que o turismo não se faz apenas por trocas culturais, dinamismo econômico e transformação de lugares, vale chamar a atenção para a atividade também como elemento de política pública. Deve-se salientar que isso só ocorre formalmente na década de 1970 com a criação de um departamento de turismo conforme o capítulo dois. Mas nos tempos atuais são visíveis as mudanças na área do planejamento do turismo em Ouro Preto embora ainda haja muito a ser feito.

Para resolver a crescente necessidade de estruturação de informações da demanda turística, em 2011 cria-se o SEPETUR – Setor de Pesquisas em Turismo, ligado a Prefeitura Municipal. A existência de tal espaço bem como dos estudos realizados, é de grande valia para que possa se entender que lugar ocupa a atividade turística dentro da cadeia produtiva do município e em quais aspectos esta carece de mais atenção por parte do poder público.

Obviamente, o planejamento do turismo em Ouro Preto tem ainda a importante contribuição da Secretaria Municipal de Turismo, pasta dividida porém com os setores de indústria e comércio.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal, cabe a referida instituição:

- I. Executar a política municipal de desenvolvimento econômico;
- II. Desenvolver as atividades relacionadas com o turismo, indústria e comércio do Município;
- III. Efetuar o levantamento, a divulgação e o fomento das atrações turísticas do Município;
- IV. Desenvolver e/ou incentivar a capacitação de pessoal especializado para serviços ligados ao turismo, à indústria e ao comércio no Município;
- V. Fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria do Município, sobretudo com vistas à implantação de novas empresas e à geração de empregos;
- VI. Fiscalizar e gerir os convênios firmados pelo Município neste setor;
- VII. Exercer outras atividades correlatas.

Ao verificar a relação de objetivos elencados nota-se o predomínio do foco mercadológico o que pode ser explicado pela existência de setores anteriormente mencionados ligados ao órgão; faltam ações ligadas ao monitoramento da atividade no município, bem como o incentivo ao intercâmbio com as outras instituições - como a Secretaria de Patrimônio ou até mesmo o IPHAN, - algo de importância uma vez tais instituições cuidam dos atrativos culturais que fazem com que o turismo ocorra.

Para entender como se dá o planejamento do turismo em Ouro Preto o procedimento mais adequado foi realizar uma entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Turismo, senhora Fabiana Nonato.

Dentre os diversos assuntos discutidos vale destacar aqui dois pontos. O primeiro deles tratou da organização da política de turismo no município, que aquela servidora pública assim respondeu:

( ...) O turismo em Ouro Preto ocorreu de forma espontânea, houve uma apropriação do fato de a cidade ser colonial. No aspecto mais técnico do turismo, Ouro Preto ainda deixa a desejar, não temos uma política pública de turismo se você me pedir eu não tenho, a única coisa relacionada a isso foram as diretrizes para o turismo criadas em parceria com o Circuito do Ouro, o que gerou um Plano de Turismo

para o município que nunca foi executado. Temos um conselho de turismo, mas sem ações concretas, para você ter uma idéia não recebemos ICMS turístico.

Já o segundo ponto de questionamento se referia a existência de parcerias entre órgãos de preservação do patrimônio cultural local, fato que a senhora Fabiana disse desconhecer e ainda que não haviam ações interligadas a tais instituições.

Tal entrevista se faz importante, pois representa um dos elementos que dá o tom a discussão que cerca o universo do turismo em Ouro Preto. Contudo é válido que se reflita sobre os pontos que foram aqui abordados.

Chama atenção o fato de que não haja parcerias entre as secretarias de Turismo e Patrimônio, algo imprescindível para o andamento da atividade turística no município, que depende da interdisciplinaridade pois a existência de diversos olhares é capaz de fazer com que o turismo ocorra de forma responsável ainda mais quando ocorre em cidades coloniais tombadas como é o caso do presente trabalho.

A não consolidação da política de turismo em tempos atuais deixa a sensação de que algo possa ter se perdido no meio do caminho, talvez falte mais articulação entre os órgãos de poder existentes no município.

Ao tratar das políticas de desenvolvimento no município restam ainda as ações de salvaguarda dos bens de patrimônio cultural em Ouro Preto e sua estruturação.

### **3.4 O patrimônio em Ouro Preto: Política de Salvaguarda**

O trato com o patrimônio cultural representa uma tarefa bastante delicada e complexa já que não se refere a algo simples, uma vez que o que está em jogo aqui não é o estético ou o belo, mas sim a memória e sua continuidade, história e cultura de comunidades inteiras e o que possa conviver de forma harmônica com o desenvolvimento da cidade que inevitavelmente tem que acontecer.

Com isso o planejamento de ações para a preservação, deve ser pensado para que não haja o risco de se produzir lugares avessos ou artificiais conforme complementa Jeudy ( 2005, p. 122):

(...) E essa concepção arquitetônica revela como a cidade jamais suprime seu próprio passado, sua própria história ou como a recomposição da paisagem jamais suprime seu próprio passado, sua própria história, ou como a recomposição da paisagem urbana não termina- felizmente por sinal – de fazer-se por si mesma, produzindo seus próprios efeitos arqueológicos. A gestão do espaço urbano tenta combinar esses efeitos arqueológicos com a atualização da produção social e cultural dos laços territoriais. É sempre a gestão do espaço que, de maneira incidental, provoca uma ordem do tempo, a ponto de a cidade, como objeto dessa gestão, ser cada vez mais supersignificada, superinvestida de sentido simbólico, na medida em que o passado histórico é mais longo.

Com seu patrimônio cultural edificado e reconhecido por diversas vezes, ao longo desta monografia, a cidade de Ouro Preto traz o desafio de combinar a preservação de seu grandioso conjunto arquitetônico e paisagístico (o que de acordo o IPHAN possui o índice significativo de 90%) e estar aberta ao desenvolvimento urbano.

Para tanto, a gestão deste campo na cidade ocorre a partir de duas frentes cujo papel é primordial para dar mais dinamismo a tarefa de preservação do patrimônio cultural do município, a Prefeitura Municipal representada pela Secretaria de Patrimônio e Cultura e o Governo Federal representado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A proteção do patrimônio cultural em Ouro Preto está ancorada na Lei Orgânica em seu artigo 165 que traz:

Ficam sob a proteção especial do poder Público Municipal os bens culturais materiais e imateriais de propriedade pública ou particular existentes no município, que dotados de valor estético, ético, filosófico, paisagístico, etnográfico ou científico, justifiquem o interesse público para sua preservação

Além disso, têm-se as diretrizes pertinentes a Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura, a saber:

- I. Executar a política municipal de Patrimônio e Cultura;
- II. Coordenar, promover e desenvolver projetos de caráter cultural, artístico e patrimonial no Município;
- III. Desenvolver as atividades relacionadas com o Patrimônio e a Cultura;
- IV. Efetuar o levantamento, a divulgação e o fomento das atrações patrimoniais e culturais do Município;
- V. Desenvolver e/ou incentivar a capacitação de pessoal especializado para serviços ligados ao Patrimônio e Cultura;

- VI. Coordenar as ações referentes à promoção e à valorização dos bens culturais do Município no âmbito da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e junto às demais instituições e à população;
- VII. Promover a cultura local a partir de ações de cunho material ou imaterial produzidas por sua população;
- VIII. Promover e incentivar a realização de feiras, congressos, seminários, festivais e festas culturais típicas;
- IX. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais pertinentes aos atos e orientações dos órgãos superiores do Patrimônio e da Cultura;
- X. Realizar outras atividades relacionadas com sua área de atuação;
- XI. Fiscalizar a execução de projetos de construção, reforma e ampliação de imóveis, no sítio tombado pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937;
- XII. Fiscalizar e gerir os convênios firmados pelo Município neste setor;
- XIII. Apoiar os conselhos municipais vinculados a esta Secretaria;
- XIV. Exercer outras atividades correlatas.

De acordo com informações colhidas no site do referido órgão, há diversas ações realizadas como forma de preservar a história do local, algo que chamou a atenção foi a existência dos registros recentes de três importantes manifestações da cultura imaterial do município: a produção artesanal de doces do distrito de São Bartolomeu ocorrido em 3 de abril de 2008, a Festa de Nossa Senhora dos Remédios existente no distrito de Santo Antonio do Salto e que foi registrada em 14 de dezembro de 2009 e por fim a Cavalhada de Amarantina realizada no distrito de mesmo nome cujo registro se deu em 13 de novembro de 2011.

Também é importante que se ressalte a existência do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural o COMPATRI, que possui um papel bastante significativo pois sua concepção inclui a participação da comunidade local nas ações de preservação patrimonial sendo instituído através do Decreto – Lei número 64 de 2002.

Dentre as funções assinaladas anteriormente, a Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura tem missão de fiscalizar, possuindo instrumentos que auxiliam em tal empreitada, dentre eles podem ser citados os roteiros para reforma e ampliação de imóveis tombados em perímetro urbano; roteiros para remembramento, roteiros para parcelamento e expansão em área urbana e por fim os roteiros para levantamento arquitetônico.

A atuação do poder Público Federal se dá através do IPHAN que surge na cidade desde sua criação em 1938, um escritório técnico no qual funciona até

os dias atuais uma superintendência do órgão. A instituição tem como funções primordiais a fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país.

Em Ouro Preto atualmente dentre as ações realizadas pelo órgão está a de fiscalização, os registros tanto os bens de natureza material como imaterial e por fim a captação de recursos para obras de restauração de bens arquitetônicos.

A cerca deste último ponto deve ser evidenciado a existência do PAC das Cidades Históricas, um programa do Governo Federal que prevê a preservação de centros de valor histórico e Cultural, Ouro Preto recebeu um total de R\$36,46 milhões, segundo informações do site da Prefeitura Municipal, (2014), sendo que os projetos a serem contemplados devem ser executados em até três anos:

Os projetos contemplados são: restauração das Igrejas: Matriz de São Bartolomeu, Matriz de Santo Antônio (Glaura), Bom Jesus do Matozinhos, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e Santuário de N. S. da Conceição. Foram também contempladas a restauração das capelas de São João, São Sebastião, Santana, N.S Piedade e o projeto de restauração de nove edificações: Capela das Dores, Capela do Bom Jesus das Flores, Igreja de N. S. do Rosário, Capela do Senhor do Bonfim e 5 Passos da Paixão. Além destes, a restauração de 11 chafarizes do Centro Histórico e a instalação de segurança eletrônica em Bens Protegidos.

Durante a pesquisa para realização do presente estudo e diante de tudo que foi dito até aqui se nota a existência de ações no trato com a preservação dos bens patrimoniais de Ouro Preto. No entanto, as ações carecem de mais articulação principalmente no que tange ao poder público municipal. A Secretaria de Patrimônio, diante da complexidade de demandas, parece isolada, faltam parcerias com outras pastas como a de Turismo, principalmente quanto ao planejamento de grandes eventos como o carnaval que apesar de ser um elemento da cultura local tem gerado impactos profundos aos bens patrimoniais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se discutir os desafios de se gerir uma cidade tombada como Ouro Preto, procurou-se analisar nuances que cercam tal espaço como o fato de ser tombada pelo IPHAN o que por si só já representa um fator delicado. Com o planejamento das ações de organização urbana fica a reafirmação de que a história local deve ser preservada, mas a cidade não deve jamais se fechar ao progresso, elemento importante que traz vida ao lugar impedindo assim sua museificação.

Como este trabalho buscou-se tratar não apenas da cidade vista apenas do olhar de preservação, mas, sobretudo do planejamento urbano, estabelecendo as funções do lugar: como centro de poder político, centro de cultura e história e por fim centro para a inserção de atividades econômicas.

Percebeu-se durante a realização da pesquisa que Ouro Preto está longe de ser uma cidade-museu. Muito pelo contrário, possui um dinamismo, uma vida num espaço seletivo, natural e socialmente construído.

A cidade traz elementos que dão a ela as particularidades que motivaram a realização deste estudo e que foram reforçados ao longo de sua construção, como a atividade turística que traz o desafio implícito de não transformar Ouro Preto num cenário apenas, mas de permitir a convivência com tudo o que faz parte deste lugar.

Ao tratar dos desafios que cerca a gestão de um lugar histórico e tombado, a intenção foi, ainda que brevemente, falar da cidade para além de suas ruas tortuosas e seu casario tombado quis mostrar a Ouro Preto por um novo olhar de uma especialista em políticas públicas, procurou evidenciar todo o caminho percorrido na organização deste espaço urbano.

Ao retomar este caminho se nota que o desafio de gerir esta cidade está longe de ser vencido dado a complexidade que perpassa os anos, mas que não é algo impossível. Para quebrar as barreiras há a urgente necessidade de união entre as entidades chave do poder público na cidade numa extensa e dinâmica ação conjunta.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. **Dados sobre Ouro Preto**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314610&search=minas-gerais|ouro-preto>. Acessado em 20 de fevereiro de 2014

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Históricos sobre Ouro Preto**. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acessado em 20 de setembro de 2013

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Gráfico Produto Interno Bruto Valor Adicionado – Ouro Preto 2013**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela Composição Etária da População de Ouro Preto– Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela PEA e Idosos Ouro Preto Minas Gerais- Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dados sobre Ouro Preto 2002**. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acessado em: 18 de agosto de 2013

BRASIL. **Lei 10257**, de 10 de julho de 2001. Regula os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **SAGI. Tabela Distribuição da População Ocupada Ouro Preto- Diagnostico Sócio Territorial**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sagi>. Acesso em: 10 de março de 2014

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte 1969.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP 3ª Edição, 2006.

FERNANDES, Edésio, RUGANI Jurema( orgs), PIRES, Maria Coeli Simões. **Cidade e Cultura – Recíprocas interferências e suas representações**. In: Cidade Memória e Legislação – A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: Institutos de Arquitetos do Brasil, 2002

FONSECA Londres Maria Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória na política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002

GRAMMOUNT Anna Maria de. **Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no século XXI**. Revista Turismo Visão e Ação vl 8 nº 3. 2006

JARDIM Marcio. **O Aleijadinho uma síntese histórica**. Belo Horizonte: Stelarum, 1993

JEUDY Henri Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005

JORNAL Estado de Minas. **Plano para evitar a desfiguração de Ouro Preto, Minas**. 1976.

JORNAL O Estado de Minas. **Ouro Preto uma luta**. 20 de novembro de 1978

JORNAL Estado de Minas. **Poluição da Alcan ameaça as Igrejas de Ouro Preto**. 10 de julho de 1976

LIMA Junior, Augusto de. **O Alferes Joaquim Jose da Silva Xavier – O Tiradentes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

LINHARES, Joaquim Nabuco. A mudança de Capital Apontamentos Históricos. Revista do Arquivo Público Mineiro pag 339-382. Belo Horizonte 1905

MACHADO Fernandes Simone, ALVES Kerley dos Santos. **O turismo em Ouro Preto Minas Gerais na perspectiva de seus moradores**. Curitiba: Revista Turismo e Sociedade. V.6. n 3. P. 552-573. Julho de 2012

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MAGALAHES, Aline Montenegro. **Entre o museu e a cidade - Um estudo sobre a Inspeção dos Monumentos Nacionais (1934 a 1937)**. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. **Plano de Valorização e Conservação de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte 1975.

MORAES, Geraldo Dutra. **O Aleijadinho de Vila Rica**. São Paulo, 1977

NATAL, Caio Meneguello. **Ouro Preto a construção de uma cidade histórica, 1891 a 1933**. 2007. 233 f. (Mestrado em Historia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2007

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva, PAES, Maria Tereza Duarte (org). **A gestão do patrimônio em Ouro Preto**. In: Geografia Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2009

OURO PRETO. **Decreto- Lei 1191 de 27 de outubro de 1971**. Ouro Preto 27 de outubro, 1971. Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências

OURO PRETO. **Lei 17**. Ouro Preto 2002. Regulamenta o artigo 165 da Lei Orgânica Municipal, implanta e regulamenta o tombamento de bens móveis e imóveis assim como o registro de bens imateriais pelo município de Ouro Preto e dá outras providências.

OURO PRETO. **Lei 93 de 20 de janeiro de 2011**. Ouro Preto 20 de janeiro de 2011. Estabelece as normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no município de Ouro Preto.

OURO PRETO. **Lei Complementar 29 de 28 de dezembro de 2006**. Ouro Preto 28 de dezembro de 2006. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto

OURO PRETO. **Mapa Áreas de Expansão de Ouro Preto Minas Gerais 2010**. Disponível em: [www.ouopreto.mg.gov.br](http://www.ouopreto.mg.gov.br). Acessado em: 1 de janeiro de 2014

OURO PRETO. **Mapa de parcelamento do solo de Ouro Preto Minas Gerais 2010**. Disponível em: [www.ouopreto.mg.gov.br](http://www.ouopreto.mg.gov.br). Acessado em: 1 de janeiro de 2014

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. Arquivo Público. **Ante- projeto de criação do Departamento Municipal de Turismo de Ouro Preto**. Ouro Preto 1976

OURO PRETO. **Recursos para o PAC das Cidades Históricas em Ouro Preto 2014**. Disponível em [www.ouopreto.mg.gov.br](http://www.ouopreto.mg.gov.br). Acesso em: 10 de abril de 2014

PINHEIRO, Antonio Luiz; SOBREIRA, Frederico Garcia *et al.* **Influência da Expansão Urbana nos movimentos em encostas na cidade de Ouro Preto-MG**. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto 2003

PINTO, Luiz. **Historia da Vida do Alferes Joaquim Jose da Silva Xavier o Tiradentes**. Rio de Janeiro: Editora Minerva Ltda Coleção Homens do Brasil, 1949

PIRES, Heliodoro. **Vida e Obra de Antonio Francisco Lisboa- Gigante da Arte no Brasil**. Rio de Janeiro, 1961

PRIGGE, Walter. PALLAMIN Vera M(org). **Metroplização**. In: Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Espaço Liberdade, 2002

REIS, Aryella Mascarenhas da Silva, BONFIM, Natanael Reis. **Representações Sociais da Comunidade sobre o Festival de Inverno de Ouro Preto Minas Gerais Brasil partir da Evocação Livre de Palavras**. Revista Turismo e Sociedade Curitiba, 2012

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no Coração das Minas, idéias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: UFMG, 2008

SALCEDO, Rosío Fernández Baca. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina – Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil)**. São Paulo: Unesp, 2007

SANTOS, Lucio Jose dos. **A Inconfidência Mineira- Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira**. Belo Horizonte 1972.

SILVA, Andrea Cidades Históricas enfrentam problemas de metrópole. **VEja.com**. Belo Horizonte 20 de novembro de 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cidades-historicas-de-minas-enfrentam-problemas-de-metropole>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2014

SILVA, Fabiano Gomes da. **A Construção da Urbes**. Revista do Arquivo Público Mineiro . nº, pág 109- 119. Belo Horizonte 2009

SIMAO Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autentica, 2006

ULTRAMARI, Clovis, Firkwoski Olga Lúcia C de Freitas. **Sobre as mudanças e continuidades na gestão brasileira**. Fortaleza 2012. Disponível em: [www.mercator.ufc.br](http://www.mercator.ufc.br). Acessado em: 10 de fevereiro de 2014

VASCONCELOS, Sylvio de. **Vila Rica Formação e desenvolvimento residências**. Rio de Janeiro 1956.

VIEIRA, Jose Crux Rodrigues. **Tiradentes: A inconfidência diante da história**. V. 1. Belo Horizonte 1993

ZANCHETI, Silvio Mendes, LACERDA, Norma( orgs). LAMORA de Luis. **Modelos de Planejamento Local**. In: Plano de Gestão da Conservação Urbana Conceitos e Métodos. Olinda: Ceci, 2012